

RELATÓRIO E CONTAS

2011

BES, Companhia de Seguros, S.A.

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75 – 11.º - 1070-061 Lisboa
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503718092

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) da BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (adiante designada também por BES Seguros ou Companhia) relativos ao Exercício de 2011.

Índice

1. Relatório de Gestão

- 1.1 Estrutura e práticas de governo societário
- 1.2 Enquadramento macroeconómico
 - 1.2.1 Situação económica internacional
 - 1.2.2 Situação económica nacional
 - 1.2.3 O sector segurador
- 1.3 Principais indicadores e variáveis da actividade
- 1.4 A actividade da BES Seguros
- 1.5 Proposta de aplicação de resultados
- 1.6 Nota Final

2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

- 2.1 Conta de Ganhos e Perdas
- 2.2 Balanço
- 2.3 Demonstração de Variações do Capital Próprio
- 2.4 Demonstração do Rendimento Integral
- 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria \ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

- 3.1 Certificação Legal das Contas
- 3.2 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

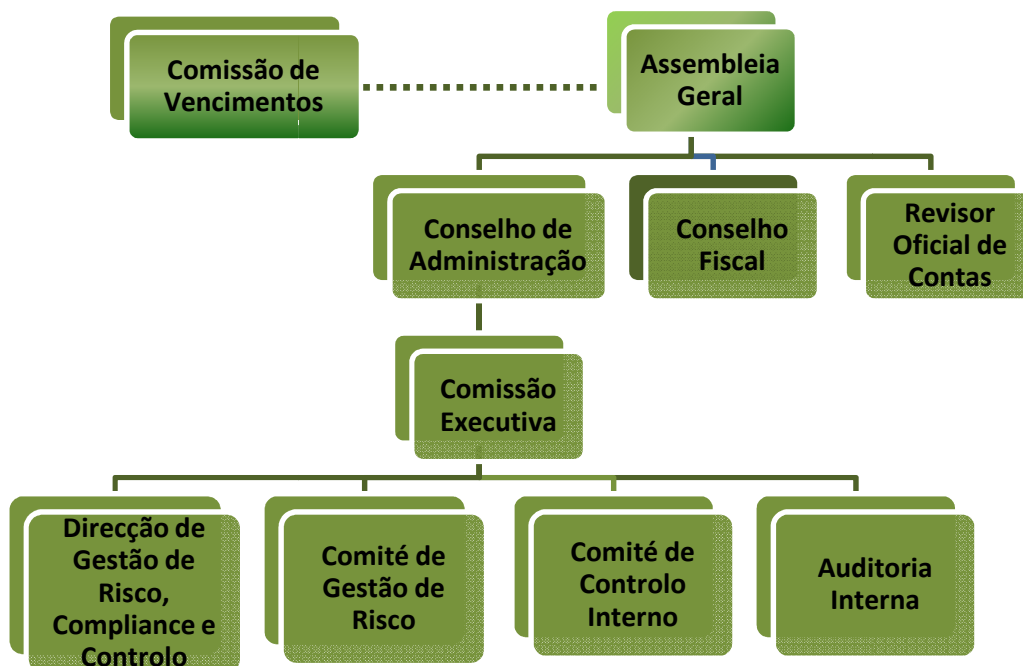
Relatório de Gestão

1.1. Estrutura e práticas de governo societário

1. Introdução

As regras e estrutura de Governo da BES, Companhia de Seguros, S.A. foram definidas com o objectivo garantir uma governação responsável orientada para a criação de valor, transparência e valorização dos clientes.

2. Estrutura do Governo da BES Seguros



A Assembleia Geral de Accionistas, que reúne pelo menos uma vez por ano, em sede de Assembleia Geral Anual de Accionistas, tem por principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e a distribuição de resultados.

A Gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por nove Administradores designados por quatro anos, sendo permitida a reeleição dos respectivos membros.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva constituída por três dos seus membros, um Presidente Executivo, um Administrador responsável pela área financeira e um Administrador responsável pela área operacional e organizativa, que reúne pelo menos uma vez por mês e sempre que convocada por qualquer dos seus membros.

A função de fiscalização interna da BES Seguros é atribuída ao Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente.

A fiscalização externa da companhia é assegurada pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da BES Seguros, a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., bem como pela autoridade de supervisão a que a BES Seguros está sujeita, o Instituto de Seguros de Portugal.

3. Composição dos Órgãos Sociais

Em Assembleia Geral Anual da BES Seguros, realizada no dia 28 de Março de 2008, foram eleitos os órgãos sociais para o quadriénio de 2008 a 2011. Nestes termos, a composição dos órgãos sociais da BES Seguros em 31 de Dezembro de 2011 é a seguinte:

3.1 Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, Vice-presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

3.2 Identificação dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Vice-Presidente: Michel Victor François Villatte
Secretário: Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

3.2.2 Regras Estatutárias sobre o exercício do direito de Voto

Relativamente à participação e exercício do direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral:

“Artigo 13º”

“UM – A Assembleia Geral dos Accionistas é composta por todos os accionistas com direito pelo menos a um voto, que satisfaçam as condições referidas no número seguinte.

DOIS – Só poderão participar na Assembleia Geral dos Accionistas os titulares de acções averbadas em seu nome até oito dias úteis antes do dia da reunião.

TRÊS – A cada acção corresponderá um voto.

QUATRO – A Assembleia poderá ser realizada com utilização de meios telemáticos se a sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respectivos intervenientes.

CINCO – Dentro do prazo referido no número dois devem os accionistas que pretendam fazer-se representar por outro accionista apresentar na Sociedade os instrumentos de representação e, bem assim, as pessoas colectivas indicar quem as representará; o presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

SEIS – Não é permitido o voto por correspondência.”

3.2.3 Representação

Os Senhores Accionistas podem fazer-se representar na Assembleia por mandatário constituído por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, acompanhada de cópia legível de documento original válido, com fotografia, do qual conste o nome completo, a data de nascimento e nacionalidade, que deverá estar em

vigor. Os Senhores Accionistas que sejam pessoas colectivas deverão indicar o nome de quem os representará.

Os instrumentos de representação, bem como os documentos comprovativos da qualidade de accionistas e de que as respectivas acções ficam bloqueadas até ao final da Assembleia, deverão ser entregues, na sede social, até às 16.30 horas do terceiro dia útil anterior ao designado para a Assembleia.

3.2.4 Quórum

Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral de Accionistas não pode reunir-se sem estarem presentes ou representados accionistas titulares de acções representativas de setenta e cinco por cento do capital social.

3.2.5 Intervenção da Assembleia Geral sobre a política de remuneração da sociedade:

A Assembleia Geral aprova anualmente a política de remuneração do Conselho de Administração e órgão de Fiscalização.

3.3 Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

- Presidente do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Financial Group
- Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Europassistance, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Esumédica, Prestação de Cuidados Médicos, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Advancecare, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Logo
- Presidente do Conselho de Administração da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Espírito Santo Contact Center, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Saúde

Thierry Adolph Langreny

- Vice Presidente do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Director Geral da Pacifica, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Predica, S.A.
- Chief Executive Officer do Crédit Agricole Assurances Italia Holding
- Vogal Conselho de Administração do CA Ass, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Emporiki Life (Grécia)
- Vogal do Conselho de Administração do IFCAM.
- Vogal do Conselho de Administração da Médicale de France.
- Vogal do Conselho de Administração da Uni-Éditions.

Vincent Claude Paul Pacaud*

- Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Esaf, Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da BESPARG, SGPS, S.A.

** Designado por cooptação em 1 de Abril de 2011*

Dr. Joaquim Aníbal de Brito Freixial de Goes

- Vogal do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Ventures, SCR, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Glintt, Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA
- Presidente do Conselho Fiscal do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Ajuda.
- Vogal do Conselho Fiscal da Fundação Brazelton/Gomes-Pedro para as Ciências do bebé e da família.
- Presidente do Conselho Fiscal da Fundação da Universidade Católica Portuguesa.

Nuno Manuel da Silva Ribeiro David

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Operational Officer

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Operational Officer da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

- Vogal do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Companhia de Seguros LOGO
- Vogal do Conselho de Administração da T Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da AdvanceCare, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Esumédica, Prestação de Cuidados Médicos, S.A.

Hervé Marcel Andre Hassan

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Financial Officer

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Financial Officer da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração do Bancassurance SAL.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Life Japan

Jean Luc-François

- Vogal do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Calie.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Assicurazioni.
- Vogal do Conselho de Administração da Bancassurance Sal.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Vita.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Life Greece, S.A. Grèce.
- Presidente do Conselho de Administração da CA Insurance Greece.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Life Japan.
- Vogal do Conselho de Administração da CARI, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CARE, S.A.

Patrick Andre Duplan

- Apresentou renúncia com efeito a partir do dia 26 de Outubro de 2011. Na próxima Assembleia Geral Anual será eleito o novo membro do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração delega a Gestão Corrente da Sociedade numa Comissão Executiva composta pelos seguintes Administradores:

- Chief Executive Officer: Eng. Vincent Claude Paul Pacaud
- Chief Operacional Officer: Dr. Nuno Manuel da Silva Ribeiro David
- Chief Financial Officer: Dr. Hervé Marcel Andre Hassan

3.3.1 Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade

O Conselho de Administração é composto por sete, ou nove administradores.

A Assembleia Geral fixará o número de administradores; na falta de deliberação expressa, considera-se fixado o número de administradores eleitos.

Os administradores podem ser accionistas ou pessoas estranhas e são eleitos pela Assembleia Geral dos Accionistas por períodos de quatro anos, sendo permitida a reeleição.

A Assembleia Geral poderá eleger administradores suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efectivos, na data da eleição respectiva.

A alteração do Contrato de Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Accionistas.

3.3.2 Poderes do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne, pelo menos uma vez, em cada três meses e não pode deliberar sem que estejam presentes ou representados cinco ou seis dos seus membros, consoante o Conselho de Administração seja composto por sete ou nove membros.

As seguintes matérias deverão necessariamente ser discutidas e aprovadas por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, tomada por uma maioria de cinco ou seis membros do Conselho de Administração, consoante o número total de membros seja de sete ou nove:

1. Aprovação ou modificação do Regulamento Interno do Conselho de Administração;
2. Aprovação de contratos com terceiros cujos valores/ responsabilidades excedam em 10% as despesas totais anuais da Sociedade (excluindo despesas com comissões e partilha de lucros);
3. Concessão de financiamentos, depósitos, ou prestação de garantias acima do valor de um milhão de euros.
4. Aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis por valor superior a 5 milhões de euros, desde que os bens imóveis sejam utilizados na gestão corrente da sociedade.
5. Solicitação de financiamentos ou criação de passivo acima dos dez milhões de euros (por transacção).
6. Início, desenvolvimento ou cessação de relações com entidades que não se integrem no Grupo Banco Espírito Santo, composto pelo Banco Espírito Santo, por qualquer entidade por si directa ou indirectamente dominada.
7. Licenciamento ou concessão de direitos sobre a propriedade intelectual ou industrial da Sociedade.
8. Alargamento ou redução da actividade social ou modificação do objecto da sociedade;
9. Aprovação do Balanço e contas da Sociedade e todos os documentos legais de prestação de contas da Sociedade;
10. Aprovação de proposta de aplicação de resultados;
11. Emissão de obrigações.

A decisão de aumento de capital da Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Accionistas.

3.4 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da BES Seguros é composto por um Presidente, dois membros efectivos e um membro suplente.

Os membros do conselho Fiscal são eleitos por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

3.4.1 Identificação dos membros do Conselho Fiscal

Presidente: José Manuel Ruivo da Pena
Vogal Efectivo: Dr. José Maria Ribeiro da Cunha
Vogal Efectivo: Olivier Sperat-Czar*
Vogal Suplente: Dr. Paulo Ribeiro da Silva

* Designado em Assembleia Geral Ordinária de Accionistas de 30 de Março de 2011.

3.5 Revisor Oficial de Contas

Sob proposta do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral designou um Revisor Oficial de Contas para proceder ao exame das contas da Sociedade. O Revisor Oficial de Contas é eleito por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Identificação do Revisor Oficial de Contas

Revisor Oficial de Contas Efectivo: Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., representada por Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (Revisor Oficial de Contas).

Revisor Oficial de Contas Suplente: João Carlos Miguel Alves (Revisor Oficial de Contas).

3.6 Secretário da Sociedade

O Secretário e o seu Suplente são designados pelo Conselho de Administração e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar.

Identificação do Secretário da Sociedade

Secretário: Sónia Maria Ferreira Guerra Torrão

Secretário Suplente: Francisco Maria Vilhena de Carvalho

3.7 Composição da Comissão de Vencimentos

Sr. Luis António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
Dra. Valérie André-Germain*

Eleita em Assembleia Geral de Accionistas em virtude da renúncia apresentada pelo Dr. Thierry Langreny.

4 Política de Remuneração

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, fixa a remuneração dos membros dos órgãos sociais da BES Seguros.

Anualmente, a Comissão de Vencimentos submete à apreciação da Assembleia Geral uma Declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais da BES Seguros.

A política de remunerações para 2011 foi aprovada na Assembleia Geral Anual do dia 30 de Março de 2011 e teve o seguinte conteúdo:

“Considerando que a política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da BES Seguros deve ter por base a articulação com os mecanismos que assegurem o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os objectivos estratégicos da empresa;

Considerando que a remuneração dos membros dos órgãos sociais deve ser estruturada de modo a remunerar, de forma justa e eficiente, a competência e dedicação de cada um dos seus membros, tendo em conta o respectivo desempenho individual e global;

Considerando que na BES Seguros a aprovação da remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização é, nos termos estatutários, da competência da Comissão de Vencimentos;

Considerando que deve existir uma remuneração variável, a par da remuneração fixa, e que a referida remuneração variável deve depender do grau de cumprimento dos objectivos da empresa, tal como fixados pela totalidade do seu Conselho de Administração;

Propõe-se a aprovação da seguinte declaração sobre Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da empresa:

Membros do Conselho de Administração:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração pode ser composta por duas componentes:

- Fixa, com referência ao exercício em curso;
- Variável, com referência ao ano anterior, estabelecida no primeiro trimestre do exercício em curso.

A remuneração fixa é estabelecida pela comissão de Vencimentos tendo em conta:

- As remunerações pagas por empresas de dimensão semelhante a operar no sector segurador em Portugal e na União Europeia;
- As remunerações pagas no Grupo “Crédit Agricole” para cargos de responsabilidade semelhante;
- O desempenho individual anual de cada Administrador.

A remuneração variável depende de decisão a tomar, caso a caso, pela Comissão de Vencimentos, e pode ou não ser atribuída anualmente considerando o desempenho individual e global da Administração, bem como o grau de cumprimento dos objectivos globais da empresa.

Membros do Conselho fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal inclui apenas uma componente fixa, determinada anualmente pela Comissão de Vencimentos.

Membros da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é determinada pela Assembleia Geral e corresponde a uma quantia fixa por presença em cada Assembleia.

Em 2011, as remunerações suportadas pela BES Seguros referentes aos membros dos seus Órgãos Sociais foi a seguinte:

Exercício de 2011					
Nome	Órgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Órgãos Sociais	
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha	Conselho de Administração	54.964 €	0 €	54.964 €	
Michel Joseph Paul Goutorbe	Conselho de Administração	9.698 €	20.768 €	30.466 €	
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	22.351 €	14.845 €	37.196 €	
Olivier Ronan Melennec	Conselho de Administração	20.897 €	12.534 €	33.431 €	
Vincent Claude Paul Pacaud	Conselho de Administração	10.200 €	2.040 €	12.240 €	
José Manuel Ruivo da Pena	Conselho Fiscal	21.420 €	0 €	21.420 €	
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	17.136 €	0 €	17.136 €	
Total		156.666 €	50.188 €	206.854 €	

Exercício de 2010					
Nome	Órgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Órgãos Sociais	
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha	Conselho de Administração	54.964 €	0 €	54.964 €	
Michel Joseph Paul Goutorbe	Conselho de Administração	28.560 €	17.000 €	45.560 €	
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	22.351 €	16.045 €	38.396 €	
Olivier Ronan Melennec	Conselho de Administração	28.000 €	15.001 €	43.001 €	
José Manuel Ruivo da Pena	Conselho Fiscal	21.420 €	0 €	21.420 €	
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	17.136 €	0 €	17.136 €	
Total		172.431 €	48.047 €	220.478 €	

Da mesma forma, para 2012 é proposta para aprovação a seguinte declaração sobre Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da empresa:

1. Membros do Conselho de Administração

- a) Presidente do Conselho de Administração (não executivo)
O Presidente do Conselho de Administração pode auferir uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano.
- b) Outros Membros não executivos do Conselho de Administração
Os membros não executivos do Conselho de Administração não têm remuneração fixa ou variável.
- c) Membros executivos do Conselho de Administração

Composição da Remuneração

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração é composta por duas componentes:

- i. Fixa, com referência ao exercício em curso;
A remuneração fixa é estabelecida pela Comissão de Vencimentos tendo em conta:
 - 1. As remunerações pagas por empresas de dimensão semelhante a operar no sector segurador em Portugal;
 - 2. As remunerações pagas em outras empresas do Grupo Económico dos accionistas para cargos de responsabilidade semelhante;
 - 3. O desempenho individual anual de cada Administrador.
- ii. Variável, com referência ao ano anterior, estabelecida no primeiro trimestre do exercício em curso, segundo critérios abaixo definidos.

Limites e Equilíbrio na Remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos em sede de Assembleia Geral, não podendo nunca ser inferior a 40% da remuneração total anual.

A parte variável representará, em média, 30% a 40% da remuneração total anual, podendo atingir no máximo 60% da remuneração total.

Critérios de Definição da Componente Variável, Mecanismos de Limitação e Momento do seu Pagamento

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo.

A remuneração variável depende de decisão a tomar, caso a caso, pela Comissão de Vencimentos, e pode ou não ser atribuída anualmente considerando o desempenho individual e global dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração, bem como o grau de cumprimento dos objectivos globais da empresa no exercício económico anterior.

Para o ano de 2012, tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros da Comissão Executiva, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não será considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração, sendo a mesma paga de uma só vez.

Os membros do Conselho de Administração que desempenham funções em órgãos de administração de Sociedades em relação de Grupo com a BES Seguros, podem

ser remunerados pelas referidas Sociedades e/ou pela BES Seguros, de acordo com o relevo das funções desempenhadas

2. Membros do Órgão de Fiscalização

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal inclui apenas uma componente fixa, mensal, paga 14 vezes ao ano, determinada anualmente pela Comissão de Vencimentos.

3. Membros da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é determinada pela Assembleia Geral e corresponde a uma quantia fixa por presença em cada Assembleia.

5 Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento

A Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento assenta nas principais linhas gerais:

- 1) *Colaboradores sujeitos ao dever de comunicação*: Todos os colaboradores têm obrigação de comunicar ao seu superior hierárquico;
- 2) *Entidade que recolhe a comunicação*: Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo; A Direcção de *Compliance* perante a comunicação referida, deve apreciar a situação descrita e determinar as acções que, perante cada caso concreto, entenda por convenientes. Para este fim, esta Direcção poderá solicitar a colaboração da Direcção de Auditoria Interna.

Se da apreciação da situação de irregularidade ficar provado que se tratou de uma violação de leis, regulamentos ou dos princípios e deveres internos, serão adoptadas as medidas disciplinares necessárias com o objectivo de salvaguardar os interesses da Companhia, de acordo com a disposição da legislação em vigor.

- 3) *Comunicações Anónimas*: Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas. Toda e qualquer situação de detecção e correção de situações de incumprimento reportada será tratada confidencialmente, nomeadamente quanto à sua origem, e com a devida discrição;
- 4) *Não retaliação*: É expressamente proibida qualquer retaliação contra os Colaboradores que efectuem a referida comunicação;
- 5) *Arquivo das Comunicações*: Se derem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respectivos processos. Findas as investigações, os dados serão eliminados nos termos e condições legalmente definidas.

6 Estrutura de Capital

O capital Social da BES Seguros é de 15.000.000 euros, representado por 30.000.000 acções com valor nominal de 5,00 euros cada.

7 Estrutura Accionista

Estrutura Accionista Actual - 31 de Dezembro de 2011		
Accionista	Nrº Acções	% Capital Social
Crédit Agrícola, S.A.	1.500.000,00	50,00%
Banco Espírito Santo, S.A.	749.800,00	24,9994%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	750.000,00	25%
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.	100,00	0,00003%
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS,S.A.	100,00	0,00003%
	Total	3.000.000,00
		100,00%

7.3 Transmissibilidade das Acções

Os accionistas não transmitentes têm direito de preferência na transmissão a terceiros da totalidade ou de parte das acções que o accionista transmitente pretenda efectuar.

7.4 Alteração dos Estatutos da BES Seguros

Qualquer alteração do Contrato de Sociedade da BES Seguros, incluindo deliberações sobre alterações de capital, tem que ser submetida à aprovação da Assembleia Geral. As deliberações sobre a alteração do Contrato de Sociedade devem ser aprovadas por maioria de dois terços dos votos emitidos, devendo para o efeito estar presentes pelo menos 75% dos votos.

8 Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Companhia relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

A Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo é a Direcção responsável por assegurar o cumprimento rigoroso da divulgação de informação financeira, nos termos da Lei. Esta Direcção, no cumprimento das suas atribuições, efectua um acompanhamento regular da legislação em vigor e procede a uma revisão anual das obrigações de divulgação, promovendo a disseminação da informação pelos departamentos responsáveis pelas informações financeiras e monitoriza o seu cumprimento dentro dos prazos exigidos.

1.2. Enquadramento macroeconómico

1.2.1. Situação económica internacional

O ano de 2011 ficou marcado, sobretudo, pelas dificuldades em torno da crise da dívida da Zona Euro. Para além dos receios em torno de um *default* por parte da Grécia foi visível um contágio a economias da periferia como Espanha e Itália e, também, a economias *core*, como França e Áustria. A quebra de confiança e o aumento da aversão ao risco associados à instabilidade financeira na Zona Euro resultaram numa secagem de liquidez nos mercados monetário e de crédito, um efeito particularmente visível a partir de Agosto/Setembro. Neste contexto, os líderes da UE acordaram, no final do ano, um reforço das regras de consolidação e controlo orçamentais. Por outro lado, o BCE, após ter elevado a principal taxa de juro directora de 1% para 1.5%, inverteu o sentido da política monetária e reduziu de novo os juros de referência para 1%, com dois cortes de 25 bps no 4º trimestre. Ao mesmo tempo reforçou, significativamente, as injeções de liquidez no sistema financeiro, abrandou as exigências relativas aos colaterais e reduziu o rácio de reservas obrigatórias dos bancos. Em Dezembro, a Autoridade Monetária levou a cabo a primeira de duas operações de cedência ilimitada de liquidez a 3 anos, tendo a procura atingido 489mM€. A aversão ao risco levou a rendibilidade dos *Bunds* a 10 anos a cair de 2,963% para 1,829% em 2011. O euro depreciou-se cerca de 3% face ao dólar no conjunto do ano, com a respectiva cotação a descer de EUR/USD 1,3366 para EUR/USD 1,296.

Os receios de contágio da crise da dívida, sobretudo ao nível do sector financeiro, reflectiram-se também nos mercados accionistas, com quedas significativas nos principais índices europeus. Os índices accionistas DAX, CAC40, IBEX e PSI20 registaram quedas anuais de 14,69%, 16,95%, 13,11% e 27.6%, respectivamente. Nos EUA, a política monetária mais agressiva do Fed e as perspectivas relativamente positivas para a actividade económica resultaram num desempenho menos desfavorável dos principais índices accionistas. O índice *Dow Jones* subiu 5,53%, o S&P500 registou uma variação nula e o Nasdaq caiu 1,8%.

O alívio das pressões inflacionistas globais no final de 2011 foi suportado pela tendência de descida dos preços das matérias-primas. Os índices de preços *Commodity Research Bureau Food e Metals* caíram, respectivamente, 8.3% e 7.7%, em termos homólogos. O preço do petróleo (Brent) subiu de USD 94.3/barril para USD 107.6/barril entre o final de 2010 e o final de 2011.

Na Zona Euro, a economia registou uma desaceleração gradual ao longo do ano de 2011, tendo-se registado uma contracção da actividade no 4º trimestre. O crescimento anual da Zona Euro foi, assim, de 1.5%, em desaceleração face ao registo de 1.9% no ano anterior. Embora o crescimento da principal economia da área, a Alemanha, tenha sido forte (de 3% no conjunto do ano), o desempenho foi muito heterogéneo entre Estados-membros, tendo grande parte da Zona Euro registado um crescimento muito mais contido, com variações anuais negativas do PIB na Grécia e em Portugal, e com registos inferiores a 1% em Espanha e Itália. O acentuado esforço de consolidação orçamental exerceu um efeito mais restritivo sobre a actividade nestas economias. O desempenho da Zona Euro foi, também, diferenciado ao longo do ano. De facto, a deterioração do sentimento e a maior restritividade da política orçamental acabaram por se reflectir numa contracção da actividade no 4º trimestre (face ao trimestre anterior) também nas principais economias, como a Alemanha, Holanda, ou Áustria.

O abrandamento a que se assistiu no decurso do ano deveu-se não só ao forte esforço de consolidação orçamental (em termos agregados, o défice orçamental da Zona Euro reduziu-se de 6.2% do PIB em 2010 para 4.1% do PIB em 2011), mas também à desaceleração evidenciada pelo consumo privado num contexto de deterioração das condições do mercado de trabalho (a taxa de desemprego ascendeu a 10.4% da população activa). As exportações registaram igualmente uma desaceleração, reflectindo o

abrandamento da procura externa, em especial das economias emergentes, e a apreciação do euro registada na primeira metade do ano.

O aumento dos níveis de incerteza e das tensões observadas nos mercados financeiros, particularmente os de dívida pública, e a secagem de liquidez no mercado monetário interbancário, sobretudo a partir do Verão, penalizaram os níveis de confiança dos agentes e dificultaram o financiamento dos bancos a nível europeu, num contexto de crescente interligação entre a evolução dos mercados de dívida pública e o sector bancário. As exigências de recapitalização dos bancos europeus e as maiores dificuldades dos bancos no acesso aos mercados monetário e de crédito conduziram a uma maior restritividade na concessão de crédito a famílias e empresas, contribuindo também para a moderação do consumo e do investimento.

No plano dos preços, a taxa de inflação média anual foi de 2.7%, após o registo de 1.6% em 2010, um agravamento que se deveu essencialmente ao impacto da subida de preços da energia (com destaque para o preço dos combustíveis) e da alimentação.

Os riscos de que os aumentos de preços pudessem, a prazo, repercutir-se numa evolução em alta dos salários levaram o Banco Central Europeu a elevar a taxa de juro de referência de 1% para 1.5%, em dois movimentos, ocorridos em Abril e Julho. No entanto, a deterioração do cenário de crescimento e a acentuada quebra da confiança observada sobretudo a partir do Verão, num contexto de ausência de pressões inflacionistas relevantes, levaram a autoridade monetária europeia a reduzir aquela taxa em Novembro e Dezembro, regressando ao nível de 1%. Relativamente às medidas não-convencionais de política monetária, que visam minimizar as tensões e a instabilidade dos mercados financeiros, o BCE forneceu ampla liquidez ao sistema bancário, promovendo operações de cedência de liquidez a montantes ilimitados aos prazos de 1 semana e 1 mês a taxa fixa e a 3 meses à taxa média que vigorar no período. Para além disso, a autoridade monetária anunciou novas operações de cedência de liquidez de longo prazo (3 anos) e a reactivação do programa de aquisição de *covered bonds* em mercado primário e secundário, no montante de EUR 40 mil milhões, entre Novembro de 2011 e Outubro de 2012 (recorde-se que o BCE tinha já conduzido um programa semelhante, no montante de EUR 60 mil milhões por um período que terminou em Junho de 2010). O BCE prosseguiu também o programa de aquisição de títulos de dívida pública no mercado secundário, iniciado em Maio de 2010, ao abrigo do qual adquiriu um montante total de cerca de EUR 200 mil milhões até ao final de 2011. O BCE anunciou também, em Julho, a suspensão da exigência de requisitos mínimos de níveis de *rating* para a aceitação de títulos de dívida pública portuguesa e de todos os títulos garantidos pelo Estado Português como colateral nas operações de refinanciamento, medida que havia sido tomada anteriormente em relação à Grécia e à Irlanda.

A cotação do euro exibiu, na primeira metade de 2011, uma trajectória de apreciação relativamente ao dólar, acompanhando a ampliação do diferencial de taxas de juro entre as economias da Zona Euro e norte-americana, dada a elevação dos juros de referência do BCE e expectativas de futuras subidas, em contraste com a crescente perspectiva de manutenção da actual política monetária da Reserva Federal por um período prolongado, em particular no que respeita à taxa *fed funds*. No entanto, a deterioração do sentimento, associada à crise da dívida da Zona Euro exerceu pressão no sentido da depreciação do euro, tendo este encerrado o ano em EUR/USD 1.296.

1.2.2. Situação económica nacional

Em Portugal, 2011 foi marcado pelos efeitos de contágio da crise da dívida da Zona Euro e pelo início da execução do programa de ajustamento financeiro. A deterioração das condições de financiamento associadas ao aumento da aversão ao risco por parte dos investidores foi acentuada, no caso de Portugal, pelas revisões em baixa do *rating* da dívida soberana (fechou o ano de 2011 em BBB-, no caso da notação atribuída pela S&P, e em Ba2, no caso da Moody's). A *yield* dos títulos de dívida pública a 10 anos subiu de 6.6% para 13.36% no conjunto do ano, com o *spread* face aos títulos da dívida alemã a aumentar 789 pontos base, para 1153 pontos base.

O programa de ajustamento financeiro acordado com o FMI-UE-BCE, envolvendo o financiamento da economia portuguesa num montante global de EUR 78 mil milhões, começou a ser implementado em Maio de 2011, tendo sido objecto de duas avaliações favoráveis por parte dos credores oficiais. Ao nível da consolidação orçamental, o défice público reduziu-se de 9.8% do PIB para um valor próximo de 4% do PIB. Embora este registo tenha beneficiado de medidas extraordinárias (em particular, da transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos), ele resulta também de um esforço de redução da despesa do Estado, com um crescimento inferior ao orçamentado, e de uma execução favorável das receitas fiscais, em linha com o previsto.

Registaram-se igualmente acções importantes ao nível das reformas estruturais, num ambiente de estabilidade política e social. Destacam-se: (i) as alterações no mercado de trabalho, que aumentam a flexibilidade e tenderão a reduzir os custos por unidade produzida, com impactos positivos sobre a competitividade; (ii) a reforma no mercado de arrendamento, favorecendo a mobilidade, a redução do endividamento e a absorção da oferta de habitações; e (iii) a melhoria do ambiente concorrencial, com o programa de privatizações, o fim das *golden shares*, uma nova lei da concorrência de acordo com a prática europeia, a reforma do sector dos transportes, a introdução de regras mais concorrenciais nas telecomunicações e na electricidade e a reforma da justiça, neste caso incluindo uma maior flexibilidade nos processos de insolvência e recuperação de empresas.

As medidas de consolidação orçamental contribuíram para uma contracção da procura interna em 2011, registando-se quedas no consumo público e privado (em torno de 3%, em termos médios anuais) e no investimento (próximo de 11%). As exportações de mercadorias e de serviços mantiveram, no entanto, um crescimento elevado (próximo de 7% em termos reais), com um peso crescente das vendas para mercados emergentes em África, América Latina e Ásia. Esta evolução das exportações atenuou a queda anual do PIB, que atingiu 1.5% em 2011. Esta evolução das exportações contribuiu ainda, em conjunto com o processo de *deleverage* em curso entre os diversos sectores da economia, para uma redução do défice externo, de 8.8% do PIB para um valor em torno de 6.1% do PIB, esperando-se em 2012 uma redução adicional, para valores em torno de 2% do PIB. O *stock* das responsabilidades externas líquidas da economia portuguesa registou também uma redução, atingindo um valor estimado próximo de 103% do PIB, face a um máximo de 110% do PIB observado em 2009.

1.2.3. O sector segurador

Depois de um ano de expansão em 2010, a produção de seguro directo em 2011 verificou uma forte contracção. De facto, o volume de prémios e entregas processados em 2011 representou uma quebra de 28,6%, atingindo os 11,7 mil milhões de euros. Tal situação provocou uma redução de cerca de 3 pontos percentuais no rácio desta produção face ao PIB (para 6,48%).

Na base desta redução estiveram várias condicionantes de natureza económica e política, que afectaram especificamente a comercialização de produtos financeiros do Ramo Vida, em particular no que respeita à bancassurance, segmento que foi o suporte da anterior expansão verificada no volume de negócios do sector.

Dentre destas condicionantes, de destacar a necessidade de financiamento do sector bancário, que levou os grupos financeiros a privilegiar a comercialização de produtos que captassem poupanças para os seus balanços (com particular destaque para os depósitos a prazo) em detrimento de outros, como os produtos de seguros. Por outro lado, também a queda do rendimento disponível das famílias não deixou de afectar o volume de produção deste tipo de produtos.

Foi neste contexto que assistimos a um decréscimo acentuado em 2011 na produção do ramo vida, com -38,1% em relação a 2010, atingindo os 7,5 mil milhões de euros. Esta redução significou uma perda na quota deste segmento de 74,5% (em 2010) para 64,6%.

No segmento dos ramos não vida, a produção em 2011 verificou uma evolução mais consistente com o desempenho global da actividade económica, apresentando um decréscimo residual de -0,9%, atingindo os 4,1 mil milhões de euros.

No ramo Acidentes e Doença (com uma redução de -2,6% face a 2010), foi preponderante a queda do volume de prémios de Acidentes de Trabalho (-3,7%), influenciada pela conjuntura económica. Já os prémios de Doença evoluíram positivamente (+1,5%), demonstrando o contínuo interesse dos consumidores por este tipo de produtos. Também a evolução do ramo Incêndio e Outros Danos foi ligeiramente positiva (+0,4%), onde se salientaram os seguros de Riscos Múltiplos. O ramo Automóvel, o mais representativo deste segmento, manteve-se praticamente estagnado (-0,8%).

No que respeita aos resultados, de acordo com as contas provisórias anunciadas (tendo por base uma amostra de seguradoras que representa 92,2% do mercado em termos de prémios de seguro directo), o resultado líquido do exercício (extrapolado para o total do mercado) atingiu os 43 milhões de euros em 2011, quase 10 vezes inferior ao resultado líquido apresentado em 2010.

Num contexto económico e financeiro muito adverso, com a carteira de investimentos do sector segurador a não ficar imune (avaliada em cerca de 51,4 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de quase 12% em relação a 2010), a diminuição de resultados incidiu naturalmente sobre o ramo vida, onde se encontra uma fatia superior a 80% da carteira de investimentos do sector segurador. Na carteira de investimentos, as obrigações continuam a ser o activo mais significativo: com mais de 36 mil milhões de euros, representam cerca de 71% dos activos.

Do lado do passivo, compensando uma parte do decréscimo verificado na carteira total do sector, as provisões e passivos financeiros também apresentaram uma queda em tudo idêntica à verificada no activo.

Apesar deste efeito no passivo e alinhado com o atrás referido, os capitais próprios apresentaram uma diminuição superior a 400 milhões de euros (-11% face ao valor de 2010), apresentando um valor de 3,5 mil milhões de euros, devido fundamentalmente à degradação da reserva de reavaliação por ajustamentos do valor de activos financeiros e pela quebra verificada nos resultados do exercício, com especial enfoque no ramo vida.

Embora com esta conjuntura difícil, o rácio de solvência para a globalidade do sector aumentou 7 p.p. em relação a 2010, atingindo os 181%.

No ramo vida, embora apresente uma maior sensibilidade á volatilidade dos mercados financeiros, o rácio de solvência global aumentou 2 p.p., atingindo os 148%. Tal foi possível uma vez que a margem de solvência exigida acompanhou a descida dos elementos elegíveis de capital.

Já no segmento não vida, o rácio de solvência atingiu os 263% (245% em 2010), reforçando assim a tendência crescente que tem verificado nos últimos anos.

1.3. Principais indicadores e variáveis da actividade

(Unidade: Milhares de euros)	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
Variáveis de Balanço					
Activo	114.790	120.374	127.483	-4,6%	-5,6%
Liquidez, investimentos e outros tangíveis	92.379	99.628	106.925	-7,3%	-6,8%
Provisões técnicas de seguro directo	76.915	81.219	86.121	-5,3%	-5,7%
Capital Próprio	20.901	23.512	26.788	-11,1%	-12,2%
Variáveis de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos de seguro directo	71.607	75.812	73.403	-5,5%	3,3%
Prémios emitidos líquidos de resseguro	62.789	63.080	60.284	-0,5%	4,6%
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	62.884	62.975	60.488	-0,1%	4,1%
Custos com sinistros (bruto)*	45.540	44.852	43.387	1,5%	3,4%
Custos com sinistros líquidos de resseguro *	44.766	45.749	42.982	-2,2%	6,4%
Custos e gastos de exploração líquidos	12.212	13.689	12.024	-10,8%	13,8%
Actividade Financeira Líquida	2.768	2.535	2.984	9,2%	-15,0%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	3.226	2.859	2.963	12,8%	-3,5%
Ganhos líquidos de activos e passivos	-458	-324	21	-41,4%	-1616,0%
Perdas de Imparidade	0	0	0	-	-
Resultado Líquido do exercício	4.621	3.891	5.427	18,8%	-28,3%
Outras variáveis e rácios					
Nº de apólices - Carteira em Vigor	458.020	476.577	447.617	-3,9%	6,5%
Nº de colaboradores	57	56	51	1	5
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	6,5%	5,1%	7,4%		
Resultado líquido / prémios adquiridos líquidos de resseguro	7,3%	6,2%	9,0%		
Resultado líquido / capital próprio	22,1%	16,6%	20,3%		
Nº de apólices em vigor / nº colaboradores	8.035	8.510	8.777		
Prémios brutos emitidos / nº colaboradores	1.256	1.354	1.439		
Resultado líquido / nº colaboradores	81	69	106		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos	61,3%	60,8%	62,5%		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	71,2%	72,6%	71,1%		
Custos e gastos de Exploração/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	19,4%	21,7%	19,9%		
Rácio combinado, líquido de resseguro	90,6%	94,4%	90,9%		

* Inclui custos de gestão de sinistros

1.4. A actividade da BES Seguros

1.4.1 Produção

A produção total obtida em 2011, através das redes do Banco Espírito Santo, do Banco Espírito Santo dos Açores e do Banco BEST, foi de 85 686 contratos, o que representa um decréscimo em relação a 2010 (- 17,8%). Desenvolvendo a sua actividade num contexto de bancaseguros e considerando o enquadramento económico e financeiro anteriormente descrito, a tal evolução não é estranha a focalização da rede de distribuição bancária em outros produtos ligados a financiamento da actividade bancária, retirando assim importância ao tempo dedicado à comercialização dos produtos de seguros não vida.

Associado a uma menor actividade, a carteira em vigor apresenta um decréscimo de 3,9%, atingindo os 458 020 contratos no final de 2011.

	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
Nº de apólices vendidas	85.686	104.206	117.551	-17,8%	-11,4%
Nº de apólices - carteira em vigor	458.020	476.577	447.617	-3,9%	6,5%

Para este decréscimo contribuem fortemente o Seguro Casa (Multiriscos Habitação) com - 10 158 apólices em Carteira em resultado do elevado nº de anulações do produto (a taxa de anulação passa dos 8,3% em Dez/2010 para os 13,6% em Dez/2011) e os Seguros de Saúde com -16 276 apólices por idêntico motivo.

Apesar do decréscimo da Carteira Global, saliente-se o crescimento de Carteira nos Produtos Automóvel, Protecção Salário, Protecção ao Crédito e Seguro BES Dia-a-Dia (estes 3 últimos do ramo Acidentes Pessoais). No Seguro Auto, o bom desempenho nas vendas associado a uma manutenção do nível de anulações do produto permitiu a obtenção de um crescimento de 3,3% da Carteira em Vigor (+ 2 720 apólices que em Dez/2010).

Com um volume de 71 607 milhares de euros, os prémios brutos emitidos apresentaram uma variação negativa de 5,5% face ao registado em 2010, fortemente influenciada pelos decréscimos nos Seguros de Acidentes Pessoais (-38,5%) e Saúde (- 5,0%).

No entanto, se nesta análise á evolução dos prémios não for considerado o efeito do Seguro de Protecção ao Crédito (fortemente penalizado na actual conjuntura de restrição na concessão de Crédito), a Companhia apresentaria um volume de produção idêntico ao do ano anterior (decrécimo de 0,1%).

A redução verificada no volume de negócios foi superior ao verificado no mercado dos seguros não vida (- 0,9% face a 2010), originando uma diminuição da quota de mercado global nos seguros não vida para 1,7% (1,8% em 2010).

Prémios Brutos Emitidos

Milhares de Euros	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
TOTAL	71.607	75.812	73.403	-5,5%	3,3%
Acidentes Pessoais	4.861	7.898	8.075	-38,5%	-2,2%
Doença	27.788	29.242	28.254	-5,0%	3,5%
Riscos Múltiplos Habitação	22.787	22.829	21.798	-0,2%	4,7%
Automóvel	16.171	15.843	15.277	2,1%	3,7%
Quota de Mercado	1,7%	1,8%	1,8%		

1.4.2 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros de Seguro Directo (montante bruto, incluindo custos de gestão) atingiram os 540 milhares de euros, apresentando um crescimento de 1,5% face a 2010.

As prestações pagas e os custos de gestão imputados à função sinistros diminuíram face a 2010 sendo o crescimento global nos custos com sinistros de Seguro Directo explicado pela variação da provisão para sinistros pois embora se verifique uma redução da provisão, o impacto não foi tão favorável como em 2010, em que se registou um comportamento atípico do ramo automóvel com o encerramento de sinistros de anos anteriores com um custo inferior ao estimado e à adequação do provisionamento relacionado com os sinistros em curso e com os sinistros ocorridos e ainda não declarados à data.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro reduziram 2,2% face ao ano anterior, consequência do efeito favorável do resseguro cedido.

(Unidade: Milhares de euros)	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
De seguro directo	45.540	44.852	43.387	1,5%	3,4%
Custos directos com sinistros	39.709	38.858	38.141	2,2%	1,9%
Prestações	43.577	45.990	37.830	-5,2%	21,6%
Variação da provisão para sinistros	-3.868	-7.132	311	45,8%	-2395,4%
Custos imputados à função sinistros	5.831	5.994	5.247	-2,7%	14,2%
De resseguro cedido	775	-897	406	186,4%	-321,1%
Montantes pagos	1.175	1.065	513	10,4%	107,5%
Variação da provisão para sinistros	-400	-1.962	-107	79,6%	-1725,8%
Custos com sinistros líquidos de resseguro	44.766	45.749	42.982	-2,2%	6,4%

No que se refere às taxas de sinistralidade de seguro directo (medida pela relação entre os custos com sinistros registados no exercício e os prémios adquiridos), verificamos um pequeno agravamento de 0,5 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

No Seguro Casa registou-se uma taxa de sinistralidade de 45,9%, apresentando uma melhoria de 17,8 pontos percentuais. A diminuição da sinistralidade face ao ano anterior explica-se pela diminuição da

frequência de sinistros (2010 foi caracterizado por várias intempéries que se fizeram sentir em Portugal, em que se destacou a verificada na Ilha da Madeira.

A taxa de sinistralidade do Seguro Auto é de 41,0% no final de 2011, registando uma subida face à taxa registada no período homólogo do ano anterior, que foi de 20,6%, explicado por 2010 ter sido um ano atípico, com elevadas regularizações de provisionamento (devido ao encerramento de sinistros com custo inferior ao estimado, sobretudo devido a acções judiciais encerradas com parecer favorável à BES Seguros). Apesar de em menor dimensão que em 2010, também em 2011 se registaram ajustamentos favoráveis na provisão para sinistros, nomeadamente na componente de IBNR, relacionados com processos de sinistros com ocorrências anteriores ao exercício em curso, o que explica que este rácio se mantenha em níveis reduzidos.

A taxa de sinistralidade do Seguro Saúde situa-se nos 76,9% no final de 2011 face aos 67,9% verificados em 2010. Este aumento da sinistralidade tem como principais causas o aumento da frequência registado nas coberturas de Ambulatório e Internamento (cobertura com um custo médio mais elevado).

Taxa de Sinistralidade Seguro Directo (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)

	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
Total	61,3%	60,8%	62,5%	0,5 pp	-1,7 pp
Custos directos com sinistros	53,5%	52,7%	54,9%	0,8 pp	-2,2 pp
Acidentes Pessoais	16,1%	20,8%	16,2%	-4,7 pp	4,6 pp
Doença	76,9%	67,9%	69,8%	9,0 pp	-1,9 pp
Riscos Multiplos Habitação	45,9%	63,7%	44,7%	-17,8 pp	19,0 pp
Automóvel	41,0%	20,6%	51,9%	20,4 pp	-31,3 pp
Custos imputados à função sinistros	7,9%	8,1%	7,6%	-0,2 pp	0,5 pp

As taxas de sinistralidade líquidas de resseguro registam uma melhoria de 1,4 pp face a 2010, mas continuando a ser reduzido o impacto dos sinistros de resseguro cedido na sinistralidade global.

Taxa de Sinistralidade Líq. Resseguro (Custos c/ Sinistros liquidos resseguro / Prémios Adquiridos liquidos resseguro)

	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
Total	71,2%	72,6%	71,1%	-1,4 pp	1,5 pp
Custos directos com sinistros	61,9%	63,1%	62,4%	-1,2 pp	0,7 pp
Acidentes Pessoais	28,2%	39,7%	41,7%	-11,5 pp	-2,0 pp
Doença	79,0%	70,6%	73,2%	8,4 pp	-2,6 pp
Riscos Multiplos Habitação	50,0%	69,6%	49,4%	-19,6 pp	20,2 pp
Automóvel	48,5%	37,9%	60,2%	10,6 pp	-22,3 pp
Custos imputados à função sinistros	9,3%	9,5%	8,7%	-0,2 pp	0,8 pp

1.4.3 Custos e Gastos de Exploração

Os custos de exploração líquidos apresentam um decréscimo de 10,8% em relação ao ano de 2010.

(Unidade: Milhares de euros)	2011	2010	2009	Var.2011/ Var.2010/	
				2010	2009
Custos de Exploração Líquidos	12.212	13.689	12.024	-10,8%	13,8%
Custos de aquisição	12.908	15.461	13.030	-16,5%	18,6%
Comissões (Intermediação de produtos de Seguros)	8.500	10.655	9.203	-20,2%	15,8%
Outras Comissões e Custos de Aquisição	1.258	1.291	772	-2,6%	67,3%
Custos imputados à função aquisição	3.150	3.514	3.056	-10,4%	15,0%
Custos de aquisição diferidos (variação)	181	-475	-948	138,2%	49,9%
Gastos administrativos	3.859	2.946	2.668	31,0%	10,4%
Custos imputados à função administrativa	3.859	2.946	2.668	31,0%	10,4%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-4.736	-4.243	-2.727	-11,6%	-55,6%
Comissões de resseguros cedido	-3.308	-3.086	-2.270	-7,2%	-36,0%
Participação nos resultados de resseguro	-1.428	-1.157	-456	-23,5%	-153,4%

Este decréscimo resulta de uma combinação de diferentes factores distintos:

- Nas comissões por intermediação de produtos de seguros (com uma redução de 20,2%), para além do comissionamento directamente relacionado com o volume de negócios, está incluído o comissionamento a título de incentivo à qualidade da carteira, ligado ao comportamento dos saldos técnicos de anos anteriores. Com a melhoria verificada na sinistralidade do ramo Automóvel, nomeadamente a que se refere a exercícios anteriores, houve a necessidade de recálculo deste comissionamento, sendo o impacto mais significativo em 2010.
- Os custos imputados à função administrativa aumentam 31,0% em resultado de em 2011 se constituir uma provisão para outros riscos e encargos no montante de 1 080 milhares de euros para fazer face a custos associados ao tratamento de movimentos nos contratos da Companhia efectuados de forma manual e até então não incluídos nos automatismos do sistema técnico da Companhia.
- As comissões e participação nos resultados de resseguro, com uma melhoria face a 2010 vêm contribuir para a melhoria dos custos de exploração líquidos.

A evolução dos custos de exploração por ramo é demonstrativa do referido anteriormente em relação ao seguro Automóvel (diminuição significativa do comissionamento a título de incentivo à qualidade da carteira face a 2010).

As comissões e participação nos resultados de resseguro dos Acidentes Pessoais incluem custos de aquisição diferidos referentes a resseguro, nomeadamente no que se refere ao seguro de “Protecção ao Crédito” e considerando a duração dos contratos.

(Unidade: Milhares de euros)	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
Custos de Exploração Líquidos	12.212	13.689	12.024	-10,8%	13,8%
Acidentes Pessoais	-2.488	-2.760	-1.732	9,9%	-59,3%
Doença	4.732	5.022	4.473	-5,8%	12,3%
Riscos Múltiplos Habitação	5.647	5.592	6.637	1,0%	-15,7%
Automóvel	4.321	5.835	2.647	-25,9%	120,5%
Custos de Exploração Seguro Directo	16.948	17.932	14.751	-5,5%	21,6%
Acidentes Pessoais	2.130	1.249	761	70,6%	64,2%
Doença	4.850	5.256	4.707	-7,7%	11,7%
Riscos Múltiplos Habitação	5.647	5.592	6.637	1,0%	-15,7%
Automóvel	4.321	5.835	2.647	-25,9%	120,5%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-4.736	-4.243	-2.727	-11,6%	-55,6%
Acidentes Pessoais	-4.618	-4.009	-2.493	-15,2%	-60,8%
Doença	-118	-234	-234	49,4%	-0,2%
Riscos Múltiplos Habitação	0	0	0	-	-
Automóvel	0	0	0	-	-

1.4.4 Gastos Gerais por Natureza

Os custos e gastos por natureza a imputar apresentaram um crescimento de 2,2%, estando este crescimento fortemente influenciado pelas “outras provisões”.

(Unidade: Milhares de euros)	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
CUSTOS IMPUTADOS POR FUNÇÕES	13.074	12.796	11.269	2,2%	13,5%
Custos com sinistros	5.831	5.994	5.247	-2,7%	14,2%
Custos de aquisição	3.150	3.514	3.056	-10,4%	15,0%
Gastos administrativos	3.859	2.946	2.668	31,0%	10,4%
Custos de gestão de investimentos	234	341	298	-31,5%	14,4%

(Unidade: Milhares de euros)	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	13.074	12.796	11.269	2,2%	13,5%
GASTOS DE NATUREZA OPERACIONAL	11.892	12.888	11.370	-7,7%	13,4%
Gastos com pessoal	2.782	2.765	2.560	0,6%	8,0%
Fornecimentos e serviços externos	8.326	9.545	8.280	-12,8%	15,3%
Impostos e taxas	272	274	261	-0,9%	5,0%
Depreciações e amortizações do exercício	512	303	268	68,8%	13,1%
GASTOS DE NATUREZA FINANCEIRA	84	85	90	-0,8%	-5,8%
Juros suportados	0	0	0	-	-
Comissões	84	85	90	-0,8%	-5,8%
Outras provisões	1.098	-178	-191	718,1%	6,9%

Prosseguindo uma política de optimização do seu funcionamento, os gastos de natureza operacional da BES Seguros apresentam um decréscimo 7,7% comparativamente a 2010. No entanto, estes incluem na

rubrica de fornecimentos e serviços externos, os custos relacionados com a gestão de serviços de saúde, que são registados primeiro nesta natureza e posteriormente integralmente imputados à função sinistros. Excluindo estes, os gastos de natureza operacional apresentariam uma redução ainda mais significativa (- 13,2%).

Esta melhoria dos gastos de natureza operacional deve-se à evolução dos fornecimentos e serviços externos (- 12,8%), onde se salienta os menores custos havidos com “Publicidade”, “Trabalhos Executados no Exterior” e “Consultadoria”, esta última influenciada pela existência de custos em 2010 relacionados com a implementação do projecto de alteração do sistema operacional da Companhia.

As “Amortizações do Exercício” apresentam um crescimento face ao ano anterior de 68,8%, o que corresponde a + 209 milhares de euros, decorrentes da entrada em funcionamento do novo sistema operacional da Companhia e consequente início da amortização a partir de Abril/2011.

O aumento da rubrica “outras provisões” refere-se à constituição de uma provisão no montante de 1.080 milhares de euros para fazer face a custos associados ao tratamento de movimentos nos contratos da Companhia efectuados de forma manual e até então não incluídos nos automatismos do sistema técnico da Companhia.

1.4.5 **Rácio Combinado**

A evolução dos rácios de custos com sinistros líquidos de resseguro e custos e gastos de exploração líquidos de resseguro em relação aos prémios adquiridos líquidos de resseguro foi a seguinte:

	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
Custos e Gastos de Exploração / Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	19,4%	21,7%	19,9%	-10,7%	9,4%
Doença	17,5%	17,8%	16,6%	-1,9%	7,0%
Riscos Múltiplos Habitação	26,8%	26,7%	33,0%	0,4%	-19,3%
Automóvel	30,8%	43,2%	19,7%	-28,7%	118,9%
Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	71,2%	72,6%	71,1%	-2,0%	2,2%
Doença	95,1%	87,0%	87,8%	9,4%	-0,9%
Riscos Múltiplos Habitação	53,0%	73,3%	52,9%	-27,7%	38,6%
Automóvel	54,4%	42,6%	65,1%	27,9%	-34,6%
Rácio combinado (líquido de resseguro)	90,6%	94,4%	90,9%	-4,0%	3,8%
Doença	112,6%	104,8%	104,4%	7,5%	0,4%
Riscos Múltiplos Habitação	79,7%	99,9%	85,9%	-20,2%	16,3%
Automóvel	85,2%	85,7%	84,8%	-0,7%	1,1%

1.4.6 Provisões Técnicas

(Unidade: Milhares de euros)	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
Provisões técnicas	76.915	81.219	86.121	-5,3%	-5,7%
Provisão para prémios não adquiridos	31.188	33.678	32.060	-7,4%	5,0%
Provisão para sinistros	38.431	42.299	49.431	-9,1%	-14,4%
De acidentes de trabalho	0	0	0	-	-
De outros ramos	38.431	42.299	49.431	-9,1%	-14,4%
Provisão para participação nos resultados	0	0	0	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	1.249	1.064	890	17,4%	19,6%
Provisão para riscos em curso	4.505	2.637	2.199	70,8%	19,9%
Outras provisões técnicas	1.542	1.542	1.542	0,0%	0,0%

As provisões técnicas apresentam uma redução de 5,3% em relação a 2010, situando-se nos 76 915 milhares de euros.

Esta evolução está fortemente influenciada pela provisão para sinistros (- 9,1% face a 2010), em particular do ramo automóvel, em que se continuou o processo de adequação do provisionamento relacionado com os sinistros em curso e com os sinistros ocorridos e ainda não declarados, iniciado em 2010.

A provisão para prémios não adquiridos regista um decréscimo de 7,4% face a 2010 em consequência da diminuição do volume de prémios brutos emitidos face ao ano anterior.

De destacar o aumento da provisão para riscos em curso face ao ano anterior em resultado da deterioração dos rácios de gestão nos seguros Auto e Saúde, considerando os custos com sinistros do exercício.

1.4.7 Actividade Financeira

O valor total dos activos financeiros (incluindo depósitos bancários) totalizou 92 163 milhares de euros no final de 2011, sendo constituído na sua maioria por obrigações, outros títulos de rendimento fixo e aplicações de curto prazo. Este valor representa um decréscimo de 7,2% em relação a 2010, consequência do vencimento dos títulos existentes na carteira “Held to Maturity” e da desvalorização sentida, principalmente nos mercados obrigacionistas.

(Unidade: Milhares de euros)	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
INVESTIMENTOS	92.163	99.321	106.542	-7,2%	-6,8%
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.211	625	2.802	93,8%	-77,7%
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	1	-	-100,0%
Activos disponíveis para venda	71.025	72.871	76.990	-2,5%	-5,4%
Empréstimos e contas a receber	19.927	18.379	19.307	8,4%	-4,8%
Investimentos a deter até à maturidade	0	7.447	7.442	-100,0%	0,1%

A actividade financeira líquida no exercício apresentou um crescimento de 9,2% face a 2010, em que se destaca o aumento dos rendimentos líquidos de gastos financeiros, explicada principalmente pela evolução das taxas de juro ao longo do ano.

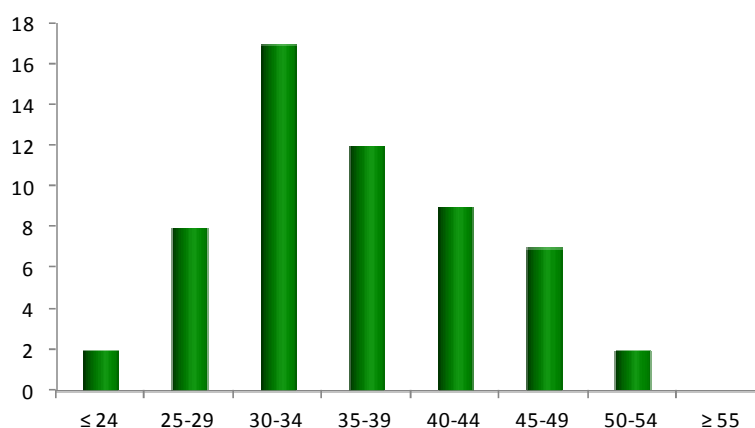
(Unidade: Milhares de euros)	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
Actividade Financeira Líquida	2.768	2.535	2.984	9,2%	-15,0%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	3.226	2.859	2.963	12,8%	-3,5%
Ganhos líquidos de activos e passivos	-458	-324	21	-41,4%	-1616,0%
Perdas de Imparidade	0	0	0	-	-

1.4.8 Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2011, a BES Seguros tinha 57 colaboradores no seu quadro de pessoal, mais 1 que em 2010, dos quais 55 como efectivos (51 em 2010).

A maioria dos colaboradores encontra-se no escalão etário ente os 30 e os 40 anos e 75% têm formação e frequência académica de nível superior.

Distribuição por escalão etário



1.4.9 Resultado do Exercício e Capital Próprio

A BES Seguros atingiu em 2011 um resultado líquido de 4 621 milhares de euros, representando 6,5% dos prémios brutos emitidos (5,1% em 2010) e um crescimento de 18,8% em relação ao ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
CAPITAL PRÓPRIO	20.901	23.512	26.788	-11,1%	-12,2%
Capital	15.000	15.000	15.000	0,0%	0,0%
Outros instrumentos de capital	0	0	0	-	-
Reservas de reavaliação	-5.968	-2.122	64	-181,2%	-3390,9%
Reserva por impostos diferidos	1.731	616	-17	181,2%	3701,3%
Outras reservas	3.581	3.192	2.649	12,2%	20,5%
Resultados transitados	1.936	2.936	3.665	-34,1%	-19,9%
Resultado do exercício	4.621	3.891	5.427	18,8%	-28,3%

Apesar do crescimento verificado no resultado líquido do exercício, o capital próprio, no valor de 20.901 milhares de euros, apresentou um decréscimo de 11,1% relativamente ao verificado em 31 de Dezembro de 2010. Este decréscimo no Capital Próprio é devido, fundamentalmente, à redução verificada na Reserva de Reavaliação, afectada negativamente pela queda registada nos mercados financeiros, com impactos nas carteiras de obrigações e acções.

Esta evolução do Capital Próprio foi ainda influenciada pela distribuição de 4 502 milhares de euros de dividendos referentes ao exercício de 2010.

1.4.10 Margem de Solvência

A taxa de cobertura da Margem de Solvência no final de 2011 (incluindo nela a estimativa de distribuição de dividendos para 2011 proposta pelo Conselho de Administração) é de 120,1%, o que representa um excesso de 2 604 milhares de euros face à Margem de Solvência Exigida.

Tal como o Capital Próprio, também regista uma diminuição em relação a 2010 (- 11,2 pontos percentuais) devido essencialmente ao efeito desfavorável na reserva de reavaliação.

(Unidade: Milhares de euros)	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
Margem de Solvência Disponível	15.567	17.249	19.780	-9,8%	-12,8%
Margem de solvência Exigida	12.963	13.135	12.536	-1,3%	4,8%
Excesso/(insuficiência)	2.604	4.114	7.245	-36,7%	-43,2%
% de cobertura	120,1%	131,3%	157,8%	-11,2 pp	- 26,5 pp

1.4.11 Síntese e perspectivas

Num ano que ficou marcado pelo clima recessivo da economia, pela crise das dívidas soberanas em alguns países da Zona Euro, incluindo Portugal, e pelas dificuldades de financiamento do sector bancário, o sector segurador e a BES Seguros Vida não deixaram de sentir os seus impactos.

O acentuar da crise do risco de Portugal e o aumento das dificuldades de financiamento levaram a uma focalização da rede bancária na captação de recursos, colocando a actividade de bancaseguros não vida num papel secundário, conduzindo assim a uma menor dinâmica desta.

Apesar da redução de actividade, a manutenção de bons resultados técnicos e o controlo dos custos operacionais permitiram à Companhia atingir resultados globais muito positivos assim como manter adequados níveis de capital e solvência.

Prosseguindo a sua missão de oferecer um leque de soluções de seguros não vida de forma a garantir soluções de protecção e segurança aos seus cliente com um nível de serviço de excelência, o ano de 2011 viu nascer na Companhia uma nova plataforma aplicacional (“GIS Não Vida”), no âmbito do projecto iniciado em 2009 designado por “Júlio Verne” e com o *slogan* “a inspiração de prever o futuro com inovação e clareza”.

Com um forte envolvimento de toda a estrutura da Companhia e dos parceiros de negócio e o imprescindível apoio dos accionistas, esta nova plataforma, baseada numa arquitectura de sistemas totalmente inovadora, implicou a reengenharia de todos os processos de venda e pós-venda, desde a simulação e subscrição do contrato até à contabilização, utilizando igualmente novas soluções de *workflow*/gestão documental.

Mas o ano de 2011 foi também um ano de continuidade na adaptação das estruturas de funcionamento da Companhia, nomeadamente nos serviços partilhados com a BES Vida, e de continua aproximação ao novo quadro regulamentar e às exigências que a “Solvência II” trará ao sector.

O final de 2011 trouxe também alterações la legislação laboral aplicável ao sector segurador, com a APS, o STAS e o SISEP a assinarem um novo Contrato Coletivo de Trabalho no dia 23 de Dezembro.

Tendo como principal referência a modernização do contrato e uma melhor redistribuição do custo com as regalias atribuídas aos colaboradores, destacam-se os seguintes aspetos que impactaram já no exercício de 2011:

- Plano de Individual de Reforma

Todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passarão a beneficiar de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem crescente até atingirem, em 2017, 3,25% do ordenado base anual do trabalhador, mantendo-se essa percentagem nos anos seguintes; tem capital garantido; o valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal. O valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31.12.2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo admitidos até 22 de Junho de 1995, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respetivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respetivo plano individual de reforma. As novas contribuições do empregador para o PIR destes trabalhadores apenas terão início em 2015.

- Prémio de Permanência

A permanência na empresa será premiada tendo em atenção a idade e o número de anos de vínculo ao empregador, em que o trabalhador, quando completar um ou mais múltiplos de 5 anos de permanência na empresa, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal, pagável conjuntamente com o ordenado do mês em que o facto ocorrer, verificadas determinadas condições.

- Compensação extraordinária de reequilíbrio contratual

A título de remição de direitos e de obrigações afetados pela cessação de vigência do CCT cujo texto consolidado foi publicado no BTE nº 32 de 29 de Agosto de 2008 e alteração subsequente, bem como para reequilíbrio contratual decorrente da sucessão de instrumentos de regulamentação coletiva, é atribuída uma compensação pecuniária extraordinária, no valor de 55% do ordenado base mensal auferido a 31 de Dezembro de 2011, aos trabalhadores filiados nos sindicatos outorgantes que reúnam as condições seguintes:

- a) Estejam vinculados ao empregador por contrato de trabalho sem termo;
- b) Tenham sido admitidos na empresa antes de 1 de Janeiro de 2010 e tenham prestado pelo menos 22 meses de trabalho efetivo na empresa desde essa data.

Esta compensação será paga até ao dia 30 de Abril de 2012 em dinheiro ou através da constituição de um seguro de capitalização, de acordo com a opção do empregador, e será resgatável ao fim de 90 dias sem penalizações.

Decorrente destas alterações, a BES Seguros estimou e registou nas suas contas em 2011 um impacto de 55 mil euros referente á atribuição de compensação pecuniária e atribuição de premio de permanência.

Tudo parece indicar que o contexto global em 2012 não será muito diferente, com os mercados financeiros em grande volatilidade, a manutenção de algumas dificuldades de financiamento do sector bancário e a queda do rendimento das famílias a não darem indicações muito positivas. No entanto, em momentos de dificuldades, os produtos de protecção e segurança poderão surgir como oportunidades às quais a Companhia estará atenta.

Por outro lado, fidelizar os nossos clientes com produtos que respondam ás suas necessidades mantendo o elevado nível de serviço será sempre uma das linhas mestras da nossas acções. Foi também para ter capacidade de responder ás necessidades de mercado, sem descurar a simplificação qualitativa de todo o processo de venda que a BES Seguros desenvolveu o processo operativo assente em novas tecnologias implementado em 2011.

Também a adequação das suas estruturas e a optimização de processos serão factores muito relevantes para fazer face aos tempos adversos que vivemos. Assim, a continuação dos trabalhos no âmbito do projecto Solvência II, o reforço da securitização no funcionamento da Companhia (na segurança das pessoas, sistemas e processos), continuarão a ser factores sempre presentes nas linhas de actuação da Companhia pois serão indispensáveis para poder continuar o desenvolvimento da sua actividade de forma cada vez mais eficiente e eficaz.

1.5. Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício foi de 4 621 109 euros.

Adicionando a este resultado líquido o valor de 1 936 439 euros correspondente a resultados transitados, são susceptíveis de serem distribuídos 6 557 548 euros.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

1. 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 462 111 euros, para Reserva Legal;
2. O valor de 3 480 000 euros para distribuição de dividendos aos accionistas;
3. O restante, no valor de 2 615 427 euros, transite para a conta de resultados transitados.

1.6. Nota final

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da BES, Companhia de Seguros, SA.

O Conselho de Administração gostaria de manifestar o reconhecimento da confiança que os Clientes e Accionistas depositaram na Companhia, bem como o empenho e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, determinantes para que a BES Seguros atinja no futuro as metas a que se propuser.

Desejamos expressar também o nosso reconhecimento à imprescindível colaboração prestada pelo Grupo Crédit Agricole e Grupo BES.

Ao Conselho Fiscal, às Entidades de Supervisão e à Associação Portuguesa de Seguradores, o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado á BES Seguros, nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

2.1. Conta de Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2011

BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	Dezembro 2011			Dezembro 2010
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
					Valores em euros
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	62.883.984	-	62.883.984	62.975.119
Prémios brutos emitidos		71.606.955	-	71.606.955	75.812.379
Prémios de resseguro cedido		(8.817.700)	-	(8.817.700)	(12.732.783)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		2.670.876	-	2.670.876	(2.091.912)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(2.576.147)	-	(2.576.147)	1.987.435
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	(44.765.676)	-	(44.765.676)	(45.749.415)
Montantes pagos		(48.364.928)	-	(48.364.928)	(50.919.443)
Montantes brutos		(49.539.756)	-	(49.539.756)	(51.984.039)
Parte dos resseguradores		1.174.828	-	1.174.828	1.064.596
Provisão para sinistros (variação)		3.599.252	-	3.599.252	5.170.028
Montante bruto		3.999.368	-	3.999.368	7.131.801
Parte dos resseguradores		(400.116)	-	(400.116)	(1.961.773)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	(2.052.816)	-	(2.052.816)	(612.804)
Custos e gastos de exploração líquidos	8	(12.212.035)	-	(12.212.035)	(13.689.274)
Custos de aquisição		(12.908.056)	-	(12.908.056)	(15.460.548)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(181.333)	-	(181.333)	474.713
Gastos administrativos		(3.859.078)	-	(3.859.078)	(2.946.210)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		4.736.432	-	4.736.432	4.242.771
Rendimentos de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	9	3.073.313	386.509	3.459.822	3.200.064
Gastos financeiros	10	(233.851)	-	(233.851)	(341.179)
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(38.566)	-	(38.566)	(84.923)
Outros		(195.285)	-	(195.285)	(256.256)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	13	(457.775)	-	(457.775)	(323.854)
De activos disponíveis para venda		(459.181)	-	(459.181)	(328.547)
De investimentos a deter até à maturidade		1.406	-	1.406	4.693
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	14	2.208	-	2.208	7.385
Outras provisões (variação)		-	323.717	323.717	25.824
Outros rendimentos/gastos		-	(89.314)	(89.314)	(42.924)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		6.237.352	620.912	6.858.264	5.448.942
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	27	-	(2.280.794)	(2.280.794)	(1.546.639)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	27	-	43.639	43.639	(11.019)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				4.621.109	3.891.284
Resultado por acção básico				1,54	1,30

2.2. Balanço

BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

ACTIVO
EM 31 DE DEZEMBRO 2011 E 2010

Balanço	Notas do Anexo	Valores em euros			
		Dezembro 2011		Dezembro 2010	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16	1.211.063	-	1.211.063	624.758
Activos disponíveis para venda	19	71.025.089	-	71.025.089	72.870.738
Empréstimos e contas a receber	21	19.927.196	-	19.927.196	18.378.652
Outros depósitos		9.890.768	-	9.890.768	8.347.265
Empréstimos concedidos		10.036.428	-	10.036.428	10.031.387
Investimentos a deter até à maturidade	22	-	-	-	7.447.026
Outros activos tangíveis	23	1.872.800	(1.657.050)	215.750	307.238
Outros activos intangíveis	24	10.448.016	(8.594.418)	1.853.598	1.745.512
Provisões técnicas de resseguro cedido	25	11.497.800	-	11.497.800	12.692.848
Provisão para prémios não adquiridos		8.197.847	-	8.197.847	8.992.779
Provisão para sinistros		3.299.953	-	3.299.953	3.700.069
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	26	3.444.744	-	3.444.744	2.913.388
Contas a receber por operações de seguro directo		425.943	-	425.943	239.147
Contas a receber por outras operações de resseguro		1.009.472	-	1.009.472	114.631
Contas a receber por outras operações		2.009.329	-	2.009.329	2.559.610
Activos por impostos	27	3.327.593	-	3.327.593	758.993
Activos por impostos correntes		1.409.701	-	1.409.701	5
Activos por impostos diferidos		1.917.892	-	1.917.892	758.988
Acréscimos e diferimentos	28	2.287.351	-	2.287.351	2.635.018
TOTAL ACTIVO		125.041.652	(10.251.468)	114.790.184	120.374.171

BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S A

 PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Balço	Notas do Anexo	Valores em euros	
		Dezembro 2011	Dezembro 2010
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	25	76.914.503	81.219.394
Provisão para prémios não adquiridos		31.188.090	33.677.633
Provisão para sinistros de outros ramos		38.430.956	42.299.121
Provisão para desvios de sinistralidade		1.249.357	1.064.330
Provisão para riscos em curso		4.504.599	2.636.809
Outras provisões técnicas		1.541.501	1.541.501
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12	314.622	312.796
Outros credores por operações de seguros e outras operações	30	5.450.249	5.371.789
Contas a pagar por operações de seguro directo		1.377.257	154.074
Contas a pagar por outras operações de resseguro		524.452	1.801.980
Contas a pagar por outras operações		3.548.540	3.415.735
Passivos por impostos correntes	27	3.406.869	1.294.835
Acréscimos e diferimentos	31	6.620.545	8.578.400
Outras Provisões	32	1.182.635	84.729
TOTAL PASSIVO		93.889.423	96.861.943
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	33	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		(5.968.218)	(2.122.478)
Reserva por impostos diferidos		1.730.783	615.519
Outras reservas		3.580.648	3.191.519
Resultados transitados		1.936.439	2.936.384
Resultado do exercício		4.621.109	3.891.284
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		20.900.761	23.512.228
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		114.790.184	120.374.171

2.3. Demonstração de Variações do Capital Próprio

BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

	Capital	Reserva de reavaliação Por ajustes no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos e correntes	Outras reservas Reserva Legal	Resultados transitados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio
Balanco a 31 de Dezembro de 2009	15.000.000	64.495	(17.091)	2.648.815	3.665.057	5.427.031	26.788.307
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	(2.186.973)	-	-	-	-	(2.186.973)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	632.610	-	-	-	632.610
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	542.704	-	(542.704)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(5.613.000)	-	(5.613.000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	-	-	4.884.327	(4.884.327)	-
Total da variação do capital próprio	-	(2.186.973)	632.610	542.704	(728.673)	(5.427.031)	(7.167.363)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.891.284	3.891.284
Balanco a 31 de Dezembro de 2010	15.000.000	(2.122.478)	615.519	3.191.519	2.936.384	3.891.284	23.512.228
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	(3.845.740)	-	-	-	-	(3.845.740)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	1.115.264	-	-	-	1.115.264
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	389.129	-	(389.129)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(4.502.100)	-	(4.502.100)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	-	-	3.502.155	(3.502.155)	-
Total da variação do capital próprio	-	(3.845.740)	1.115.264	389.129	(999.945)	(3.891.284)	(7.232.576)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.621.109	4.621.109
Balanco a 31 de Dezembro de 2011	15.000.000	(5.968.218)	1.730.783	3.580.648	1.936.439	4.621.109	20.900.761

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

2.4. Demonstração do Rendimento Integral

BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE
31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultado líquido do exercício	4.621.109	3.891.284
Vendas de activos financeiros disponíveis para venda	40.910	113.144
Variação do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	(3.886.651)	(2.300.117)
Variação dos impostos correntes e diferidos	1.115.264	632.610
Total do rendimento integral	<u>1.890.632</u>	<u>2.336.921</u>

2.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	2011	2010
FLUXOS DE ACTIVIDADE OPERACIONAL		
A Recebimentos		
Operações de Seguro	81.632.027	83.689.313
Operações de Resseguro	117.096	1.587.551
B Pagamentos		
Operações de Seguro	(44.535.531)	(42.662.433)
Operações de Resseguro	(5.547.708)	(8.063.952)
Comissões	(5.193.993)	(1.271.428)
Outras Actividades Operacionais	(1.396.352)	-
C Pagamentos ao Pessoal	(1.468.990)	(1.495.898)
D Pagamentos a Fornecedores	(11.849.235)	(13.972.337)
E Outros pagamentos e recebimentos	(7.280.741)	(17.635.025)
F Impostos e Taxas	(6.459.934)	(2.482.614)
G Impostos sobre o rendimento	(245.547)	270.089
Fluxos de Actividade Operacionais (1)	(2.228.911)	(2.036.734)
FLUXOS DE ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO		
H Recebimentos		
Alienação de Investimentos	95.269.686	106.651.383
Dividendos	26.774	(14.044)
Juros	1.124.049	928.660
Outros Rendimentos	7.249.043	319.383
I Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(96.352.236)	(101.833.945)
Aquisição de Imobilizado	-	(578.651)
Fluxos de Actividade de Investimento (2)	7.317.316	5.472.786
FLUXOS DE ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
J Pagamentos		
Dividendos	(4.502.100)	(5.613.000)
Fluxos de Actividade de Financiamento (3)	(4.502.100)	(5.613.000)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)	586.305	(2.176.948)
K Caixa e seus equivalentes no início do exercício	624.758	2.801.706
L Caixa e seus equivalentes no final do exercício	1.211.063	624.758

2.6. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais

Introdução

A Companhia (então designada por Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A) foi constituída por escritura celebrada em 12 de Setembro de 1996 com um Capital Social de €7.481.968,46, posteriormente actualizado para €15.000.000,00.

Em 27 de Junho de 2006 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, SA, (“Bes Seguros” ou “Companhia”) N.º 503 718 092, de pessoa colectiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75-11.º - 1070-061 Lisboa, Portugal.

Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole, S.A., ficando este com o controlo de gestão da Companhia; os restantes 50% são detidos pelo Grupo Banco Espírito Santo e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 2008, ocorreram alterações ao nível da estrutura accionista da BES Seguros, transmissão da participação detida pelo Crédit Agricole, S.A para a Crédit Agricole Assurances de 1.500.000 acções, com valor nominal de 5€ cada, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto.

A Companhia é consolidada nas demonstrações financeiras da Crédit Agricole Assurances S.A.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 17 de Fevereiro de 2011.

Descrição da natureza do negócio

A BES Seguros deu continuidade à sua actividade na área de Banca Seguros, ao servir os clientes particulares do Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo dos Açores e Banco BEST, com os produtos de base de seguros não-vida.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

2.1. Descrição das bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos registos contabilísticos da BES Seguros, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para a actividade seguradora em conformidade com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES”) aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R e n.º 22/2010 de 16 de Dezembro, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adoptadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com excepção do IFRS 4 em que apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Contudo e tal como descrito na Nota 37, a BES Seguros adoptou igualmente na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011. As políticas

contabilísticas utilizadas pela BES Seguros na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas em 2011 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a BES Seguros ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

No âmbito da transposição do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, a BES Seguros já adopta os princípios de reconhecimento e mensuração estabelecidos pelos IFRS desde 1 de Janeiro de 2004, para efeitos de reporte aos accionistas.

Foram também utilizadas as normas emitidas pelo ISP que definem a contabilização das operações efectuadas pelas empresas de seguros.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras comparativas, com referência a 31 de Dezembro de 2010. A Companhia opera de acordo com o princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o actual Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

2.2. Especialização de Exercícios

Os proveitos e os custos são considerados quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do recebimento ou pagamento, estando assim relevados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

2.3. Responsabilidade por Férias e Subsídio de Férias

Esta responsabilidade está reflectida na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, representando dois meses de remuneração a auferir pelos empregados em 2012 e respectivos encargos, ficando assim representadas as responsabilidades legais existentes, uma vez que o direito a estas remunerações foi adquirido no exercício de 2011.

2.4. Operações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

2.5. Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.6. Outros Activos Financeiros

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade financeira de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

- *Investimentos disponíveis para venda*

Os investimentos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

- *Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de: activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

- *Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

- *Transferências entre categorias de activos financeiros*

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, "*Loans and Receivables*" ou para activos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "*Loans and receivables*" e "*Held-to-maturity*" são também permitidas.

- *Imparidade*

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A Companhia elegeu como critérios de imparidade os seguintes:

- Instrumentos de capital, o declínio de 50% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 24 meses;
- Adicionalmente, para os instrumentos financeiros com menos valias não realizadas, a análise sobre a imparidade requer a aplicação de um julgamento. Uma diminuição de 30% durante 6 meses é um critério que ajuda a aplicar este julgamento;
- *Instrumentos de dívida, incumprimentos do emissor.*

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no activo, líquidos de imparidade.

Caso estejamos perante um activo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

2.8. Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia são contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que reflectem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,50%
Máquinas e ferramentas	20 a 25%
Equipamento informático	10 a 33,33%
Instalações interiores	10%
Material de transporte	25%
Outros Equipamentos	12,50%
Património artístico	12,50%

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os activos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.9. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 a 6 anos).

Os custos directamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software*, reconhecidos como activos são amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que reflectem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Despesas de constituição e instalação	33,33%
Despesas de investigação e desenvolvimento	33,33%
Despesas em edifícios arrendados	10%
Equipamento informático (software)	16,66% a 33,33%

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os activos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – *Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais:

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.11. Benefícios aos empregados

Pensões

Em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho para o Sector Segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados com contrato de trabalho em vigor à data de 22 de Junho de 1995 que tenham sido admitidos na atividade seguradora até essa mesma data, prestações pecuniárias para complemento de reforma.

A Companhia constituiu um Fundo de Pensões que se destina a cobrir as responsabilidades inerentes ao plano mencionado no parágrafo anterior.

Para além destas, a Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005.

O fundo de pensões é gerido pela ESAF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes na Companhia correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a vida de serviços remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A Companhia determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antes do empregado atingir os 65 anos de idade (reformas antecipadas) é imputado a resultados com base no método do corredor.

A Companhia efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias os acionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

Plano de pagamento de remuneração variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008, na sequência da decisão do Conselho de Administração, a BES-Seguros estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores da BES-Seguros têm o direito a um recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do Banco Espírito Santo, S.A. acima de um determinado preço pré-estabelecido (strike price). Para tal, os colaboradores têm de permanecer ao serviço da Companhia por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de Remuneração variável enquadra-se no âmbito da IFRS 2 e corresponde a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, é imputado a resultados como custo com pessoal ao longo do período de serviço definido como 3 anos.

2.12. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) é determinado com base em declaração de autoliquidação, elaborada de acordo com as normas fiscais vigentes, que fica sujeita a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contados a partir do exercício a que respeitam. Não se esperam ajustamentos às declarações já entregues.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovada à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

2.13. Ajustamento de Recibos por Cobrar

O Ajustamento de Recibos por Cobrar é calculado com base no valor dos recibos de prémio que se encontram por cobrar no final do processo regular de cobrança. Sobre estes, é utilizada a taxa obtida através da análise efectuada aos recibos efectivamente cobrados.

2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.15. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transação e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transação.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.16. Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.17. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros define que os prémios de seguro directo sejam considerados, na sua totalidade, como proveitos no momento da emissão ou renovação da respectiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação. Assim, no final de cada exercício são realizadas determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como se segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para Prémios Não Adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método “Pro-rata *temporis*”, por cada contrato em vigor, de acordo com a norma do ISP 19/1994-R de 6 de Dezembro com as alterações introduzidas pelas normas 3/1996-R de 18 de Janeiro e 4/1998-R de 16 de Março.

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor dos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2011 e

ainda não participados (IBNR) e os custos directos e indirectos associados com a regularização futura destes sinistros.

Esta provisão é calculada do seguinte modo:

- a) Com base na análise efectuada aos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- b) Pela aplicação de uma taxa, determinada individualmente para cada ramo através de estudos actuariais efectuados ao longo do exercício tendo por base as características específicas de cada um, ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados de cada ramo, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício, conforme Norma 4/1998-R de 16 de Março emitida pelo ISP; e
- c) Pela projecção, dos custos associados à regularização dos sinistros já encerrados, aplicada aos sinistros em curso e à estimativa de sinistros ocorridos e ainda não participados.

Provisão para Riscos em Curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, sendo calculada em conformidade com os critérios estabelecidos pelo ISP.

Provisão para Desvios de Sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão foi constituída para o risco de fenómenos sísmicos, calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para Envelhecimento

A provisão para envelhecimento destina-se a fazer face ao valor actuarial dos compromissos da Companhia no ramo Doença após dedução do valor actuarial dos prémios futuros.

Esta provisão, é calculada tendo por base as previsões de permanência dos segurados em carteira (tabelas de mortalidade e estudo de anulações) e os níveis de sinistralidade.

Provisões para o Resseguro Cedido

Nas provisões calculadas para o resseguro cedido foram utilizados os critérios acima mencionados para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, assim como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

2.18. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.19. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2011 e 2010, a Companhia não detinha acções próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida susceptíveis de originar o efeito de diluição.

2.20. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer um julgamento (Nota 2.6. Imparidade).

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas

de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da BES Seguros, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.4. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.5. Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística, provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

4. Informação por Segmentos

Segmento de negócio

A BES Seguros opera nos ramos “Não-Vida”, explorando os ramos “Riscos múltiplos habitação”, “Automóvel”, “Doença” e “Acidentes” no âmbito das autorizações concedidas pelo Instituto de Seguros de Portugal (adiante designado por ISP).

A Companhia desenvolve a sua actividade em Portugal.

Relato por segmentos de negócio

Conta de Ganhos e Perdas

2011						
	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica	Total
	Acidentes Pessoais	Doença				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	667.532	27.079.001	21.086.777	14.038.574	-	62.882.884
Prémios brutos emitidos	4.860.956	27.787.848	22.787.239	16.170.912	-	71.606.955
Prémios de resseguro cedido	(4.178.999)	(754.917)	(1.734.254)	(2.149.530)	-	(8.817.700)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	2.561.822	46.070	4.5792	17.192	-	2.670.676
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(2.576.147)	-	-	-	-	(2.576.147)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(194.110)	(25.761.312)	(11.171.809)	(7.638.445)	-	(44.765.676)
Montantes pagos	(196.640)	(25.358.349)	(11.566.797)	(11.243.142)	-	(48.364.928)
Provisão para sinistros (variação)	2.530	(402.963)	394.968	3.604.697	-	3.599.232
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	(643.501)	(185.028)	(1.224.289)	-	(2.052.818)
Custos e gastos de exploração líquidos	2.487.824	(4.731.660)	(5.647.284)	(4.320.915)	-	(12.123.035)
Custos de aquisição	(1.689.925)	(4.018.993)	(3.591.234)	(3.607.903)	-	(12.908.055)
Custos de aquisição diferidos (variação)	(34.099)	(360.000)	(43.653)	(67.574)	-	(101.324)
Gastos administrativos	(406.247)	(794.997)	(2.012.397)	(645.438)	-	(3.859.079)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	4.618.095	118.338	-	-	-	4.736.433
Rendimentos	-	544.501	721.908	2.933.413	-	3.499.822
Gastos financeiro	(27.550)	(48.405)	(82.698)	(105.198)	-	(233.851)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(72.055)	(95.459)	(290.261)	-	(457.775)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	(929)	1.642	1.495	-	2.208
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	323.717	323.717
Outros rendimentos/gastos	(4.744)	(4.941)	(2.071)	25.687	(103.245)	(88.314)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	2.929.052	(3.639.301)	4.667.980	2.680.061	220.472	6.858.264
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	-	(2.280.794)	(2.280.794)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	-	43.639	43.639
Resultado líquido do exercício	2.929.052	(3.639.301)	4.667.980	2.680.061	(2.096.683)	4.621.109

2010						
	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica	Total
	Acidentes Pessoais	Doença				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	308.412	28.191.968	20.966.554	13.508.186	-	62.975.120
Prémios brutos emitidos	7.897.912	29.241.752	22.829.364	15.843.332	-	75.812.360
Prémios de resseguro cedido	(7.523.214)	(1.163.325)	(1.748.749)	(2.237.495)	-	(12.332.783)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	1.987.435	113.541	(114.081)	(37.651)	-	(2.091.912)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(2.053.721)	-	-	-	-	(2.053.721)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.987.435)	(24.519.437)	(15.359.650)	(5.748.032)	-	(47.614.514)
Montantes pagos	(47.469)	(24.851.430)	(4.697.785)	(11.322.758)	-	(50.939.442)
Provisão para sinistros (variação)	(74.826)	331.993	(661.865)	5.574.726	-	5.170.028
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	(106.323)	(174.513)	(331.967)	-	(612.803)
Custos e gastos de exploração líquidos	122.295	(5.022.430)	(5.591.697)	(5.834.975)	-	(13.682.274)
Custos de aquisição	2.759.828	(17.201.172)	(4.472.597)	(3.694.302)	-	(25.147.899)
Custos de aquisição diferidos (variação)	4.711.47	(13.442)	(306.522)	323.531	-	4.747.14
Gastos administrativos	4.711.47	(770.309)	(1.590.873)	(585.028)	-	(2.946.210)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	4.008.853	233.918	-	-	-	4.242.771
Rendimentos	-	411.885	544.173	1.912.651	331.353	3.200.062
Gastos financeiro	-	(48.884)	(64.958)	(227.338)	-	(341.180)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(17.610)	(59.705)	(216.948)	-	(323.854)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	1.608	1.274	4.503	-	7.385
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	25.824	25.824
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	(42.294)	(42.294)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	2.945.945	(1.138.774)	261.478	3.066.040	314.253	5.448.942
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	-	(1.546.639)	(1.546.639)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	-	(11.079)	(11.079)
Resultado líquido do exercício	2.945.945	(1.138.774)	261.478	3.066.040	(1.243.405)	3.891.284

Balanço

2011						
	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica	Total
	Acidentes Pessoais	Doença				
ACTIVO						
Activos disponíveis para venda	-	23.016.117	23.657.553	24.299.034	52.385	71.025.089
Empréstimos e contas a receber	-	16.442	24.368	77.235	19.809.151	19.927.196
Provisões técnicas de resseguro cedido	9.204.879	-	75.461	2.217.459	-	11.497.799
Outros	983.759	2.021.914	2.282.427	1.912.373	5.539.626	12.340.100
Total	9.788.638	25.054.473	26.039.809	28.506.101	25.401.162	114.799.184
PASSIVO						
Provisões Técnicas	16.830.591	10.923.759	12.773.541	36.386.611	-	76.914.502
Outros credores por operações de seguro e outras operações	175.405	1.699.680	1.062.068	857.831	301.301	3.825.285
Acréscimos e diferimentos	404.333	2.265.019	602.599	2.063.698	1.284.236	6.610.545
Outros	121.581	600.280	2.143.927	897.330	2.765.973	6.529.091
Total	17.531.910	15.489.338	16.582.135	40.205.470	4.080.510	93.889.423

2010						
	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica	Total
	Acidentes Pessoais	Doença				
ACTIVO						
Activos disponíveis para venda	16.970.236	8.888.959	11.599.351	35.359.807	52.385	72.870.738
Empréstimos e contas a receber	1.960.835	1.016.578	1.336.411	4.033.441	10.031.387	18.378.652
Investimentos a deter até à maturidade	-	1.178.856	1.540.839	4.277.331	-	7.447.026
Provisões técnicas de resseguro cedido	9.973.438	-	82.489	2.636.922	-	12.692.849
Outros	91.533	3.756.032	1.033.133	1.071.045	3.033.163	8.984.906
Total	28.996.042	14.840.425	15.592.223	47.828.546	13.116.935	120.374.171
PASSIVO						
Provisões Técnicas	19.203.266	9.887.358	12.992.670	39.136.100	-	81.219.394
Outros credores por operações de seguro e outras operações	1.431.409	3.755.037	167.602	17.741	-	5.371.789
Acréscimos e diferimentos	183.925	3.080.884	908.633	3.562.732	842.226	8.578.400
Outros	53.796	295.958	388.676	337.629	616.301	1.692.360
Total	20.872.396	17.019.237	14.457.581	43.054.202	1.458.527	96.861.943

A repartição dos activos e passivos por segmentos é feita de acordo com o volume das carteiras de investimentos e passivos e provisões técnicas, respectivamente. O segmento “não técnico” diz respeito aos activos e passivos não relacionados directamente com produtos.

5. Prémios de contratos de seguro

Prémios líquidos de resseguro

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2011	2010
Prémios brutos emitidos	71.606.955	75.812.379
Prémios de resseguro cedido	<u>(8.817.700)</u>	<u>(12.732.782)</u>
Prémios líquidos de resseguros	62.789.255	63.079.597
Variação da provisão para prémios não adquiridos (líquida de resseguro)	<u>94.729</u>	<u>(104.477)</u>
Prémios líquidos de resseguro	<u>62.883.984</u>	<u>62.975.120</u>

Anexo 4 - Discriminação de alguns valores por ramos:

Ramo/Grupos de Ramos		Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro**
Seguro Directo						
Acidentes e doença	Acidentes Pessoais	4.860.959	7.436.618	1.198.445	2.130.271	(1.443.431)
	Doença	27.787.848	27.909.139	25.761.218	4.849.998	636.673
Incendio e outros danos		22.787.239	22.862.130	11.108.807	5.647.284	1.797.255
Automóvel						
	Responsabilidade Civil	9.848.750	9.944.342	5.425.104	1.596.134	682.064
	Outras Coberturas	6.322.162	6.280.629	2.046.814	2.724.780	1.633.994
	Total	71.606.958	74.432.858	45.540.388	16.948.467	3.306.555

* Sem dedução da parte dos resseguradores

** Saldo favorável aos Resseguradores

6. Discriminação dos custos com sinistros

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2011	2010
Seguro directo		
Montantes pagos	(43.708.429)	(45.989.715)
Custos imputados à função sinistros (Nota 11)	(5.831.327)	(5.994.324)
Variação da provisão para sinistros	<u>3.999.368</u>	<u>7.131.801</u>
	<u>(45.540.388)</u>	<u>(44.852.238)</u>
Resseguro cedido		
Montantes pagos	1.174.828	1.064.596
Variação da provisão para sinistros	<u>(400.116)</u>	<u>(1.961.773)</u>
	<u>774.712</u>	<u>(897.177)</u>
	<u>(44.765.676)</u>	<u>(45.749.415)</u>

Anexo 3*:

Ramo/Grupos de Ramos		Montantes pagos prestações (1)	Montantes Pagos Custo de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo					
Acidentes e doença	Acidentes Pessoais	(1.169.094)	(5.506)	(23.845)	(1.198.445)
	Doença	(20.995.264)	(4.362.991)	(402.963)	(25.761.218)
Incendio e outros danos		(10.880.162)	(630.661)	402.016	(11.108.807)
Automóvel					
	Responsabilidade Civil	(8.754.265)	(535.676)	3.864.837	(5.425.104)
	Outras Coberturas	(1.909.644)	(296.493)	159.323	(2.046.814)
	Total	(43.708.429)	(5.831.327)	3.999.368	(45.540.388)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

O valor da variação da Provisão para Sinistros, apresentado acima, é líquido de reembolsos a receber no montante de 285.467 euros.

7. Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

As outras provisões técnicas líquidas de resseguro são analisadas como segue:

	2011	2010
Provisão para desvios de sinistralidade	(185.026)	(174.513)
Provisão para riscos em curso	(1.867.790)	(438.291)
	(2.052.816)	(612.804)

8. Gastos diversos por função e natureza

Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função

Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2011	2010
Custos de aquisição	(12.908.056)	(15.460.548)
Comissões por intermediação de produtos de seguro directo	(8.518.992)	(10.655.478)
Custos imputados à função aquisição (nota 11)	(3.112.921)	(3.513.888)
Outros	(1.276.143)	(1.291.182)
Custos de aquisição diferidos (variação)	(181.333)	474.713
Custos imputados à função administrativa (nota 11)	(3.859.078)	(2.946.210)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	4.736.432	4.242.771
Comissões de resseguros cedido	3.307.975	3.086.244
Participação nos resultados de resseguro	1.428.457	1.156.527
	(12.212.035)	(13.689.274)

9. Rendimentos / réditos de investimentos

Rendimentos por categoria de investimento

Os rendimentos por categoria dos activos financeiros são analisados como segue:

	2011	2010
Rendimentos de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de activos disponiveis para venda	2.601.819	2.380.805
de activos a deter até à maturidade	169.692	373.118
de empréstimos concedidos e contas a receber	688.311	331.351
de depósitos em instituições de crédito	-	114.790
	3.459.822	3.200.064

10. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros diz respeito aos custos imputados à função investimentos (nota 11).

11. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custos com sinistros (ver Nota 6)	(5.831.327)	(5.994.324)
Custos de aquisição (ver Nota 8)	(3.112.921)	(3.513.888)
Custos administrativos (ver Nota 8)	(3.859.078)	(2.946.210)
Custos de gestão de investimentos (ver Nota 13)	(233.851)	(341.179)
Outras provisões	(37.136)	-
	<u>(13.074.313)</u>	<u>(12.795.601)</u>

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custos com pessoal	(2.782.049)	(2.765.328)
Fornecimentos e serviços externos	(8.326.051)	(9.545.149)
Impostos e taxas	(271.934)	(274.378)
Amortizações do exercício (ver notas 23 e 24)	(512.171)	(303.437)
Outras provisões (ver nota 32)	(1.097.906)	152.114
Comissões	(84.202)	(84.923)
Outros	-	25.500
	<u>(13.074.313)</u>	<u>(12.795.601)</u>

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Electricidade	(19.687)	(19.754)
Combustíveis	(14.986)	(12.361)
Impressos	(41.168)	(159.716)
Conservação e Reparação	(538.690)	(510.795)
Rendas e Alugueres	(241.057)	(478.071)
Comunicação	(513.116)	(537.583)
Deslocações e Estadas	(24.823)	(40.002)
Seguros	(47.718)	(36.716)
Gastos com Trabalho Independente	(20.077)	(20.618)
Publicidade e Propaganda	(103.164)	(467.925)
Limpeza, Higiene e Conforto	(35.300)	(33.688)
Trabalhos Especializados	(6.567.750)	(7.104.431)
Quotizações (Actividade)	(50.933)	(43.686)
Despesas de Condomínio	(52.946)	(33.624)
Despesas Bancárias - Comissões	(13.745)	(17.980)
Outros Fornecedores e Serviços	(40.891)	(28.199)
	<u>(8.326.051)</u>	<u>(9.545.149)</u>

A rubrica de trabalhos especializados inclui o montante de 3.915 milhares de Euros, respeitante a gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença (3.846 milhares de Euros em 2010).

Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados na rubrica de trabalhos especializados. Durante o exercício 2011 foram facturados 20 milhares de Euros respeitante a serviços de Revisão Legal de Contas (15 milhares de Euros em 2010) e 22 milhares de Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade (37 milhares de Euros em 2010).

Gastos com pessoal:

Número médio de trabalhadores

Durante os exercícios de 2011 e 2010 o número médio de Colaboradores pertencentes ao quadro efectivo ao serviço da Companhia, por categorias profissionais, foi o seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Direcção	3	3
Quadro Técnico	24	24
Chefe de Serviços/Secção	6	6
Regularizador de Sinistros	11	12
Escriturário	13	6
	<u>57</u>	<u>51</u>

Despesas com o pessoal

O montante das despesas com o pessoal no exercício foi o seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remunerações dos órgãos sociais	(169.149)	(239.009)
Remunerações do pessoal	(1. 688.607)	(1. 894.282)
Encargos sobre remunerações	(394.873)	(363.436)
Benefícios pós emprego	(26.113)	(20.352)
Benefícios de cessação de emprego	-	534
Seguros obrigatórios	(40.649)	(32.378)
Custos de acção social	(47.936)	(105.758)
Outros custos com o pessoal	(39.666)	(110.647)
Estimativa de bónus	(375.056)	-
	<u>(2.782.049)</u>	<u>(2.765.328)</u>

Órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

O montante das despesas com os órgãos sociais no exercício foi o seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Conselho de Administração		
Remunerações e outros benefícios	(163.421)	(147.467)
Benefícios pós emprego	-	(6.445)
Remunerações variáveis	(61.528)	(91.009)
Encargos sobre remunerações	(8.025)	(7.194)
	<u>(232.974)</u>	<u>(252.115)</u>

12. Obrigações com benefícios dos empregados

Pensões de reforma, plano de benefício definido

Conforme referido na Nota 2.11., foram estabelecidos planos de benefícios definidos para os colaboradores da Companhia, estando abrangidos os benefícios por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez.

A avaliação actuarial dos benefícios por pensões de reforma é efectuada anualmente, tendo a última sido elaborada com data de referência a 31 de Dezembro de 2011.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 31 de Dezembro de 2011 e 2010, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

	2011	2010
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	3,25% - 3,75% (*)	3,25% - 3,75% (*)
Taxa de crescimento das pensões	1,00% - 3,75% (*)	1,00% - 3,75% (*)
Taxas de rendimento do fundo	5,48% (*) - 5,90%	5,48% (*) - 5,90%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,25% - 3,75% (*)	2,25% - 3,75% (*)
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização actuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de “rating” elevada qualidade.

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	2011	2010
Activos	12	12

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2011	2010
	Pensões de Reforma	Pensões de Reforma
Activos (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidade em 31 de Dezembro		
Activos	(318.219)	(292.622)
	(318.219)	(292.622)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro		
	296.068	279.069
Activos/(passivos) a receber/entregar ao fundo	(22.151)	(13.553)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	(292.471)	(299.243)
Activos (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	(314.622)	(312.796)

As responsabilidades em balanço encontram-se reflectidas na rubrica de Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	2011	2010
	Pensões de Reforma	Pensões de Reforma
Responsabilidades em 1 de Janeiro		
	(292.622)	(261.419)
Custos do serviço corrente	(41.129)	(37.403)
Custos dos juros	(15.882)	(14.166)
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	23.715	12.667
Pensões pagas pelo fundo	7.699	7.699
Responsabilidade em 31 de Dezembro	(318.219)	(292.622)

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
	Pensões de Reforma	Pensões de Reforma
Saldo do fundo 1 de Janeiro	279.069	277.162
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	13.981	13.969
Ganhos e perdas atuariais	(13.570)	(12.062)
Contribuições efectuadas pela Companhia	16.588	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>296.068</u>	<u>279.069</u>

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
	Pensões de Reforma	Pensões de Reforma
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	(299.243)	(315.886)
Ganhos e perdas atuariais		
nas responsabilidades	(23.716)	(12.667)
nos activos do plano	13.571	12.062
Amortização do exercício	16.917	17.248
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	<u>(292.471)</u>	<u>(299.243)</u>
Dos quais:		
Dentro do corredor	(29.607)	(27.907)
Fora do corredor	(262.864)	(271.336)

A evolução dos activos a receber/passivos a entregar durante 2011 e 2010, pode ser analisada como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
	Pensões de Reforma	Pensões de Reforma
(Activos)/Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro	(13.553)	15.743
Ganhos e perdas atuariais da responsabilidades	23.716	12.667
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	(13.571)	(12.062)
Encargos do ano:		
Custo do serviços corrente	(41.129)	(37.403)
Custo dos juros	(15.882)	(14.166)
Rendimento esperado do fundo	13.981	13.969
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	24.287	7.699
(Activos)/Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	<u>(22.151)</u>	<u>(13.553)</u>

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
	Pensões de Reforma	Pensões de Reforma
Custos do serviço corrente	(41.129)	(37.403)
Custo dos juros	(15.882)	(14.166)
Rendimento esperado do fundo	13.981	13.969
Amortização do exercício	16.917	17.248
Custos do exercício	<u>(26.113)</u>	<u>(20.352)</u>

A evolução dos activos / (responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

	2011	2010
	Pensões de Reforma	Pensões de Reforma
Em 1 de Janeiro	(312.796)	(300.143)
Custos do exercício	(26.113)	(20.352)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	24.287	7.699
Em 31 de Dezembro	(314.622)	(312.796)

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2011	%	2010	%
	em milhares de euros			
Terrenos e edifícios	7.934	14,01%	8.061	13,65%
activos da entidade gestora ou de sociedades relacionadas	-	0,00%	-	0,00%
Acções e outros títulos de rendimento variável	12.645	22,33%	17.176	29,09%
Títulos de rendimento	34.253	60,49%	31.901	54,02%
Depósitos em instituições de crédito	1.449	2,56%	1.143	1,94%
Devedores e credores do fundo	50	0,09%	282	0,48%
Juros a receber	292	0,52%	490	0,83%
	56.623	100%	59.053	100%

Deve ser referido que os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões Tranquilidade, do qual a BES Seguros representa cerca de 0,45% do total do fundo.

A Companhia não utiliza activos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos pela Companhia.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos nos últimos 5 anos podem ser analisados como segue:

	2011	2010	2009	2008	2007
	Pensões de Reforma	Pensões de Reforma	Pensões de Reforma	Pensões de Reforma	Pensões de Reforma
Responsabilidades	(318.219)	(292.622)	(261.419)	(277.150)	(696.792)
Saldo dos fundos	296.068	279.069	277.162	231.342	271.000
Responsabilidades (sub)/sobre financiadas	(22.151)	(13.553)	15.743	(45.808)	(425.792)
(Ganhos)/perdas actuariais decorrentes das responsabilidades	(23.716)	(12.667)	(61.057)	(261.642)	(17.000)
(Ganhos)/perdas actuariais decorrentes dos fundos	13.571	12.062	9.482	37.626	(7.000)

13. Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Ganhos e perdas realizados por via da respectiva alienação

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas realizados por via da respectiva alienação:

	2011			2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos disponíveis para venda	-	(7.679)	(7.679)	2.191	(50.560)	(48.369)
	-	(7.679)	(7.679)	2.191	(50.560)	(48.369)

Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas provenientes do processo de amortização dos investimentos financeiros:

	2011			2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos disponíveis para venda	37.980	(489.482)	(451.502)	64.476	(344.654)	(280.178)
De investimentos a deter até à maturidade	1.406	-	1.406	4.693	-	4.693
	39.386	(489.482)	(450.096)	69.169	(344.654)	(275.485)

14. Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

Os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

	2011		2010	
	Técnica	Não Técnica	Técnica	Não Técnica
Outros juros	2.208	(1.189)	7.385	83
Outros rendimentos/(gastos)	-	(88.125)	-	(43.007)
	2.208	(89.314)	7.385	(42.924)

15. Ajustamentos e outras provisões

Os ajustamentos de recibos por cobrar, são analisados como segue:

Saldo a 01 de Janeiro de 2010	117.468
Redução	(25.824)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	91.644
Redução	(91.644)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	-

16. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	2011	2010
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	1.000	1.000
Depósitos à ordem	1.210.063	623.758
	1.211.063	624.758

A rubrica “Depósitos bancários imediatos mobilizados” a 31 de Dezembro de 2010 não inclui o saldo negativo de conta à ordem “BES saúde” de 310.346 euros, pois devido à sua natureza credora, encontra-se incluído na rubrica do passivo “Contas a pagar por outras operações”

17. Inventário de participações e instrumentos financeiros - Anexo 1

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
2 Outros							
2.1 Títulos Nacionais							
2.1.1 Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 Acções							
AdvanceCare, S.A.	1	5,00		5,00	5	7,17	7
ES Contact Center, S.A.	43.750	1,00		1,00	43.750	1,20	52.378
	Sub-total	43.751			43.755		52.385
	Total	43.751			43.755		52.385
2.1.2 Títulos de dívida							
2.1.2.1 De dívida pública							
O.Tesouro - PORTUGUESE OT 4.75% 14/06/19	300.000.000	0,01	99,97	0,01	2.998.980	0,01	1.679.482
O.Tesouro - OT 5.45% 09/23/13	300.000.000	0,01	107,89	0,01	3.236.741	0,01	2.594.347
O.Tesouro - OT 3.6% 15/10/2014	200.000.000	0,01	100,11	0,01	2.002.176	0,01	1.445.189
	Sub-total	800.000.000			8.237.897		5.719.018
2.1.2.3 De outros emissores							
Obrigações - BANCO ESPIRITO SANTO SA 05/06/14	40	50.000,00	99,53	49.766,50	1.990.660	40.891,95	1.635.678
Obrigações - CAIXA GER DE DEP 13/05/2013	20	50.000,00	103,60	51.800,00	1.036.000	47.515,41	950.308
Obrigações - ESPIRITO SANTO FIN GRP 21/10/19	10	100.000,00	99,79	99.791,00	997.910	57.757,33	577.573
Obrigações - BES VIDA SUBORDINADA PERPETUA	200	50.000,00	100,00	50.000,00	10.000.000	50.182,14	10.036.428
Obrigações - BANCO ESPIRITO SANTO SA 21/01/15	40	100.000,00	49,87	49.871,25	1.994.850	37.667,53	1.506.701
Obrigações - REN REDES ENER 6.375% 12/13	20	50.000,00	110,50	55.250,00	1.105.000	43.302,89	866.058
	Sub-total	330			17.124.420		15.572.747
	Total	800.000.330			25.362.317		21.291.764
2.2 Títulos Estrangeiros							
2.2.1 Instrumentos de Capital e unidades de participação							
2.2.1.1 Acções							
Acções - LYXOR ETF MSCI EUROPE	10.060	372,39	23,80	88,62	891.535	85,06	855.704
	Sub-total	10.060			891.535		855.704
2.2.2 Títulos de dívida							
2.2.2.1 De dívida pública							
Obrigações - BTPS 4.25% 01/08/2014	2.000	1.000,00	107,10	1.071,02	2.142.030	999,78	1.999.564
Obrigações - EUROPEAN INVEST BANK 15/01/2018	2.000	1.000,00	98,84	988,42	1.976.830	952,43	1.904.855
Obrigações - SFEF 3.25%16/01/2014	1.000	1.000,00	105,38	1.053,78	1.053.780	1.060,76	1.060.764
Obrigações - REPUBLIC OF AUSTRIA 4%15/09/2016	1.000	1.000,00	104,56	1.045,56	1.045.560	1.108,18	1.108.176
Obrigações - CADES 2.625% 15/01/2015	20	50.000,00	100,71	50.356,50	1.007.130	52.153,56	1.043.071
Obrigações - EFSF 2.75% 05/12/2016	3.000	2.000,00	199,50	1.995,01	2.993.620	2.059,32	3.088.979
Obrigações - FRANCE OAT 4% 25/04/2013	2.000.000	1,00	104,99	1,05	2.099.830	1,08	2.150.495
Obrigações - INTERAMERIC DEV BK 0.5% 30/10/12	2.750	1.000,00	99,07	990,71	2.724.455	993,53	2.732.217
	Sub-total	2.011.770			15.043.235		15.088.121
2.2.2.3 De outros emissores							
Obrigações - ERICSSON L M TEL 27/06/2014	1.000	1.000,00	100,02	1.000,18	1.000.176	991,40	991.402
Obrigações - SVENSKA HANDELSBANKEN PERPETUAL	2.000	1.000,00	100,30	1.003,00	2.006.004	962,88	1.925.763
Obrigações - DEUTSCHE TELEKOM INT 28/03/2012	2.000	1.000,00	100,11	1.001,09	2.002.176	999,11	1.998.221
Obrigações - TELECOM ITALIA FINANCE 12/06/12	80	50.000,00	100,87	50.435,67	4.034.854	47.650,41	3.812.033
Obrigações - BBVA CAPITAL UNIPERS 23/05/2017	20	100.000,00	100,35	100.350,40	2.007.008	84.124,52	1.682.490
Obrigações - HSBG FINANCE CORP 05/04/2013	3.000	1.000,00	100,05	1.000,53	3.001.581	967,17	2.901.501
Obrigações - SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017	25	50.000,00	99,95	49.974,75	1.249.369	37.768,51	944.213
Obrigações - CAGRICOLE 6% 24/06/2013	50	50.000,00	100,27	50.135,07	2.506.754	53.250,14	2.662.507
Obrigações - SHELL INTERNATIONAL FIN 14/05/13	1.000	1.000,00	99,92	999,24	999.245	1.045,67	1.045.666
Obrigações - CREDIT AGRICOLE SA 5.875%11/06/2019	100	50.000,00	100,17	50.084,97	5.008.497	44.659,23	4.465.923
Obrigações - CREP AGRICOLE COV BOND 21/07/14	30	50.000,00	99,88	49.940,00	1.498.200	51.881,51	1.556.445
Obrigações - PFIZER INC 3.625%03/06/2013	20	50.000,00	102,54	51.268,00	1.025.360	52.596,77	1.051.935
Obrigações - SANOFI-AVENTIS 3.125%10/10/2014	500	1.000,00	99,88	998,83	499.415	1.049,22	524.610
Obrigações - CREDIT AGRICOLE27/04/12	20	100.000,00	99,65	99.651,50	1.993.030	99.846,75	1.996.935
Obrigações - EDP FINANCE BV 3.25% 16/03/2015	1.000	1.000,00	99,16	991,63	991.630	844,57	844.572
Obrigações - CARREFOUR 6,625% 2013	1.000	1.000,00	114,28	1.142,83	1.142.830	1.077,50	1.077.503
Obrigações - FRANCE TELECOM 7,25% 2013	695	1.000,00	112,70	1.127,03	783.286	1.121,65	779.546
Obrigações - DIAGEO CAPITAL 2013	1.000	1.000,00	109,50	1.095,03	1.095.030	1.085,25	1.085.255
Obrigações - ENI SPA 4,625% 2013	1.000	1.000,00	106,99	1.069,93	1.069.930	1.056,29	1.056.288
Obrigações - BHP BILLITON FIN 2012	1.000	1.000,00	105,02	1.050,23	1.050.230	1.043,48	1.043.477
Obrigações - KFW 31/07/2013	1.000	1.000,00	100,20	1.002,03	1.002.030	1.005,59	1.005.593
Obrigações - KFW 16/07/2013	20	50.000,00	100,45	50.226,50	1.004.530	50.383,96	1.007.679
Obrigações - BK NEDERLANDSE GEMEENTEN16/12/13	1.000	1.000,00	106,75	1.067,53	1.067.530	1.045,99	1.045.991
Obrigações - ROCHE HLDG INC 5,625% 04/03/2016	1.000	500,00	114,04	570,18	570.180	598,96	598.961
Obrigações - BNP PARIBAS SCF 3,625% 16/06/14	500	1.000,00	103,18	1.031,76	515.880	1.042,71	521.357
Obrigações - BNP PARIBAS COV 4,125% 15/01/14	20	50.000,00	104,10	52.049,00	1.040.980	53.577,74	1.071.555
Obrigações - CM-CIC HO LO SFH 3,375% 18/07/16	10	100.000,00	100,11	100.113,00	1.001.130	103.169,93	1.031.699
Obrigações - DEUTSCHE BAHN FIN BV 2,875% 2016	1.000	1.000,00	100,70	1.007,03	1.007.030	1.056,08	1.056.077
Obrigações - BMW 4% 2014	750	1.000,00	105,90	1.059,04	794.280	1.063,78	797.833
Obrigações - DSM 5,75% 2014	15	50.000,00	109,10	54.552,00	818.280	56.476,87	847.153
Obrigações - EDF 4,5% 2014	750	1.000,00	106,38	1.063,84	797.880	1.076,13	807.097
Obrigações - VOLKSWAGEN FIN 3,5% 02/02/2015	500	1.000,00	103,78	1.037,76	518.880	1.072,53	536.263
	Sub-total	22.105			45.103.215		43.773.542
	Total	2.043.935			61.037.985		59.717.367
3 - TOTAL GERAL		802.088.016			86.444.057		81.061.517

18. Activos financeiros detidos para negociação

Os instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro 2011 e 2010 são analisados como segue:

	2011				2010	
	Nocional	Activo	Passivo	Justo Valor	Nocional	Justo Valor
Contratos sobre acções/índices						
Equity/Index Options	-	-	-	-	115.500	-
	-	-	-	-	115.500	-

19. Activos financeiros disponíveis para venda

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	Custo Amortizado ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	22.751.653	19.217	(829.861)	21.941.009	368.619	21.941.009
De outros emissores	51.895.035	618.431	(1.951.899)	50.561.567	720.756	50.561.567
Acções	346.528	21.634	-	368.162	-	368.162
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	74 993 216	659 282	(2 781 760)	72 870 738	1 089 375	72 870 738
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	23.364.976	170.430	(2.728.267)	20.807.139	309.354	20.807.139
De outros emissores	52.688.634	281.749	(3.656.299)	49.314.084	875.888	49.314.084
Acções	939.697	19.774	(55.605)	903.866	-	903.866
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	76 993 307	471 953	(6 440 171)	71 025 089	1 185 242	71 025 089

(1) Ou custo de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável

O escalonamento dos activos financeiros disponíveis para a venda por prazos de vencimento é como segue:

	2011	2010
Até um ano	11.582.882	14.667.304
de um a três anos	34.539.320	28.062.381
de três a cinco anos	7.725.520	13.603.434
de cinco a quinze anos	14.343.516	14.273.869
Mais de quinze anos	1.925.762	1.895.588
Sem maturidade	908.089	368.162
	71.025.089	72.870.738

20. Níveis hierárquicos dos investimentos financeiros valorizados ao justo valor

De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros disponíveis para venda, podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados activos;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas, um peso significativo na valorização obtida.

Os modelos de avaliação utilizados implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, a Companhia utiliza como *inputs* dos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

O escalonamento dos activos financeiros detidos para negociação e dos activos financeiros disponíveis para venda, por níveis hierárquicos, é analisado da seguinte forma:

	2011		
	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros disponíveis para venda	70.972.704	52.385	71.025.089

	2010		
	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros disponíveis para venda	72.818.353	52.385	72.870.738

Em 2011 e 2010 não existiram transferências de activos entre Níveis, bem como a Companhia não possui investimentos classificados no Nível 3.

21. Empréstimos e contas a receber

A rubrica de empréstimos e contas a receber é analisada como segue:

	2011	2010
Depósitos a prazo - Capital	9.809.151	8.324.655
Depósitos a prazo - Juro decorrido	81.617	22.610
Outros empréstimos - Capital	10.000.000	10.000.000
Outros empréstimos - Juro decorrido	36.428	31.387
	19.927.196	18.378.652

22. Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	7.243.601
De outros emissores	-	203.426
	-	7.447.026

A 31 de Dezembro de 2011, a Companhia não detém activos a deter até maturidade.

23. Outros activos fixos tangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	2011	2010
Equipamento		
Equipamento informático	1.230.033	1.192.075
Mobiliário e material	272.455	272.455
Instalações interiores	270.354	270.354
Máquinas e ferramentas	65.959	60.523
Material de transporte	-	-
Outros	33.999	33.999
	1.872.800	1.829.406
Depreciação acumulada	(1.657.050)	(1.522.168)
	215.750	307.238

O modelo de valorização aplicado aos activos tangíveis foi especificado no ponto 2.8.

Durante o exercício de 2011 não foi registada qualquer perda por imparidade nos activos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de activos tangíveis é analisado como segue:

	<u>Equipamento</u>
Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2010	382.580
Adições	57.597
Alienação	-
Amortizações do exercício	(132.939)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	307.238
Adições	43.394
Alienação	-
Amortizações do exercício	(134.882)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011	215.750

24. Activos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Software	9.735.388	8.073.758
Imobilizações em curso	41.432	1.217.687
Despesas em edifícios arrendados	650.596	650.596
Despesas de investigação e desenvolvimento	20.215	20.215
Patentes, Marcas e Alvarás	385	385
Amortizações acumuladas	(8.594.418)	(8.217.129)
	1.853.598	1.745.512

O modelo de valorização aplicado aos activos intangíveis foi especificado no ponto 2.9.

O movimento ocorrido nas rubricas de activos intangíveis foi o seguinte:

	<u>Activos Intangíveis</u>
Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2010	1.394.956
Adições	521.053
Amortizações do exercício	(170.497)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	1.745.512
Adições	1.661.630
Transferencias	(1.176.255)
Amortizações do exercício	(377.289)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011	1.853.598

25. Provisões técnicas e custos com sinistros

Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido são analisadas como segue:

	2011			2010		
	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	37.658.805	(18.940.166)	18.718.639	40.329.682	(21.516.312)	18.813.370
Custos de aquisição diferidos	(6.470.715)	10.742.319	4.271.604	(6.652.049)	12.523.533	5.871.484
Provisão matemática	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	38.430.956	(3.299.953)	35.131.003	42.299.121	(3.700.069)	38.599.052
Provisão para desvios de sinistralidade	1.249.357	-	1.249.357	1.064.330	-	1.064.330
Provisão para riscos em curso	4.504.599	-	4.504.599	2.636.809	-	2.636.809
Provisão para envelhecimento	1.541.501	-	1.541.501	1.541.501	-	1.541.501
	76.914.503	(11.497.800)	65.416.703	81.219.394	(12.692.848)	68.526.546

A provisão para sinistros inclui uma provisão de 9.899.157 euros (em 2010: 13.597.160 euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2011 e ainda não participados ou insuficientemente conhecidos. Adicionalmente, inclui uma estimativa de 1.870.250 euros (em 2010: 2.070.740 euros) de encargos futuros de gestão associados à regularização de sinistros pendentes e aos não declarados até 31 de Dezembro de 2011.

Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos

A evolução das provisões para sinistros é apresentada como segue:

	Evolução das Provisões para Sinistros											
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Estimativa inicial dos custos com sinistros	3.430.843	5.996.110	11.347.899	15.766.063	24.181.356	33.194.610	40.196.444	46.433.756	49.120.218	49.430.923	42.299.121	37.816.766
Pagamentos acumulados												
Um ano depois	3.090.172	4.183.987	6.898.864	6.617.500	7.762.985	9.661.720	10.287.553	10.086.379	9.558.170	12.258.391	12.259.189	
Dois anos depois	3.351.945	5.653.232	7.888.305	7.721.879	10.226.437	12.747.914	13.688.926	12.917.489	13.442.691	15.697.669		
Três anos depois	4.284.395	6.022.901	8.472.970	9.284.472	12.582.410	15.206.274	15.670.306	15.894.945	16.315.211			
Quatro anos depois	4.313.522	6.453.208	9.122.964	10.711.491	14.335.696	16.739.019	18.334.227	17.925.585				
Cinco anos depois	4.643.423	6.596.726	10.294.419	12.041.815	15.514.089	18.384.753	19.899.929					
Seis anos depois	4.731.898	6.968.893	11.228.226	12.938.487	16.726.369	19.785.202						
Sete anos depois	4.821.022	7.204.778	11.606.767	13.997.265	17.272.315							
Oito anos depois	4.883.281	7.295.011	12.525.548	14.256.887								
Nove anos depois	4.884.247	7.543.903	12.753.524									
Dez anos depois	4.899.984	7.563.388										
Onze anos depois	4.916.661											
Estimativa final dos custos com sinistros												
Um ano depois	4.200.579	6.902.817	11.976.213	17.068.201	25.570.426	32.818.587	40.356.541	45.126.156	44.864.762	39.647.050	33.825.684	
Dois anos depois	4.386.242	7.303.201	13.773.652	18.465.838	25.699.679	33.246.379	38.823.293	40.885.913	35.093.340	31.941.209		
Três anos depois	4.874.923	8.471.712	15.218.181	18.722.499	26.012.398	32.224.883	36.033.464	32.118.586	29.337.845			
Quatro anos depois	5.064.070	8.798.500	15.159.578	18.954.978	25.315.725	29.867.033	29.392.350	27.871.393				
Cinco anos depois	5.201.074	8.622.253	15.243.219	18.529.872	23.212.099	25.260.241	25.872.755					
Seis anos depois	5.191.771	8.566.478	14.902.538	17.265.396	20.747.368	23.332.925						
Sete anos depois	5.239.426	8.535.107	14.545.840	15.674.335	19.397.062							
Oito anos depois	5.149.414	8.267.541	13.684.613	15.124.461								
Nove anos depois	5.148.508	8.111.836	13.159.660									
Dez anos depois	5.098.557	7.785.458										
Onze anos depois	4.917.612											
Excedente/défi ce acumulado	(1.486.769)	(1.789.349)	(1.811.761)	641.602	4.784.293	9.861.685	14.323.689	18.562.363	19.782.373	17.489.714	8.473.437	

Anexo 2:

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2010 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2011 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
NÃO VIDA				
Acidentes e Doença	1.100.485	458.187	323.075	(319.223)
Acidentes Pessoais				
Doença	4.223.892	3.819.971	895.099	491.178
Incêndio e outros danos	4.697.843	2.813.470	455.014	(1.429.360)
Automóvel				
- Responsabilidade Civil	30.975.618	4.717.717	19.634.551	(6.623.351)
- Outras Coberturas	1.301.283	449.845	258.756	(592.681)
TOTAL GERAL	42.299.121	12.259.189	21.566.494	(8.473.438)

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano 2010 e anteriores

O reajustamento no desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em anos anteriores relativo aos ramos Automóvel e Incêndio e outros danos é devido, em grande parte, ao encerramento de processos abertos com provisão elevada e posteriormente encerrados com custo inferior ao estimado anteriormente, alguns deles provenientes de sentenças judiciais favoráveis.

No ramo Doença, o reajustamento decorre principalmente de revisão do critério de avaliação das estimativas das responsabilidades com sinistros ocorridos e não participados.

26. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo de outros devedores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contas a receber por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro	425.943	239.147
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	1.009.472	114.631
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	2.009.329	2.559.610
	<u>3.444.744</u>	<u>2.913.388</u>

27. Impostos

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2011 e 2010 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e derrama de 29% e 26,5% respectivamente, aplicável às actividades da Companhia. A alteração da taxa deve-se à derrama estadual, criada pela Lei nº 12-A/2010 – Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) – Dívida pública.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da BES Seguros que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

Os activos e passivos por impostos correntes, dizem respeito ao imposto (corrente) sobre o rendimento do exercício, deduzido dos respectivos pagamentos por conta, e a outros impostos e taxas que incidem sobre a actividade de seguros não vida.

Os activos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

	Activos		Passivos	
	2011	2010	2011	2010
Impostos sobre rendimentos	-	-	2.411.355	295.889
Outros impostos e taxas	1.409.701	5	995.514	998.946
Total	1.409.701	5	3.406.869	1.294.835

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2011 e 2010 explica-se como segue:

	2011	2010
Imposto corrente	2.280.794	1.546.639
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(43.639)	11.019
	(43.639)	11.019
Total do imposto registado em resultados	2.237.155	1.557.658

A natureza dos activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos, dizem respeito a diferenças temporárias.

O movimento do imposto diferido de balanço em 2011 e 2010 explica-se como segue:

	2011		2010	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Activos financeiros	(537)	1.115.265	(986)	632.610
Pensões	(8.171)	-	(8.170)	-
Outros	52.347	-	(1.862)	-
	43.639	1.115.265	(11.018)	632.610

Imposto sobre o rendimento reportado em reservas

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2011 e 2010 explica-se como segue:

	2011	2010
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	1.115.265	632.610
Total do imposto registado em reservas	1.115.265	632.610

Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2011		2010	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários		6.858.264		5.448.942
Taxa de imposto estatutária	29%	1.988.897	29%	1.528.631
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		5.902		5.902
Contribuições para o Fundo de Pensões e prémios de seguros não aceite		(7.652)		(10.356)
Benefícios fiscais		239.025		17.755
Outros		10.983		15.726
Tributação autónoma				
		2.237.155		1.557.658

28. Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica (Activo) em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Gastos diferidos	2.287.351	2.635.018
Total	<u>2.287.351</u>	<u>2.635.018</u>

A rubrica de gastos diferidos inclui em 2011 o montante de 2.219 milhares de euros (2010: 2.547 milhares de euros), respeitante a gastos com campanhas de dinamização comercial, referentes a exercícios seguintes.

29. Afecção dos investimentos e outros activos

Em 31 de Dezembro de 2011, a afectação dos investimentos e outros activos é analisada como segue:

	<u>2011</u>		
	Seguros não Vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.210.063	1.000	1.211.063
Activos financeiros disponíveis para venda	70.972.704	52.385	71.025.089
Empréstimos concedidos e contas a receber	9.890.768	10.036.428	19.927.196
Outros activos tangíveis	215.750	-	215.750
Total	82.289.285	10.089.813	92.379.098
	<u>2010</u>		
	Seguros não Vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	623.758	1.000	624.758
Activos financeiros disponíveis para venda	72.818.352	52.385	72.870.737
Empréstimos concedidos e contas a receber	8.347.265	10.031.387	18.378.652
Investimentos a deter até à Maturidade	7.447.026	-	7.447.026
Outros activos tangíveis	307.238	-	307.238
Total	89.543.639	10.084.772	99.628.411

30. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo de outros credores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	1.377.257	154.074
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	524.452	1.801.980
Contas a pagar por outras operações		
Outros credores	3.548.540	3.415.735
	<u>5.450.249</u>	<u>5.371.789</u>

31. Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica (Passivo) em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	794.488	763.062
Outros acréscimos de gastos	5.826.057	7.815.338
	<u>6.620.545</u>	<u>8.578.400</u>

A rubrica remunerações e respectivos encargos a liquidar inclui o montante de 292 milhares de euros (2010: 254 milhares de euros) e 503 milhares de euros (2010: 520 milhares de euros) relativos a férias e respectivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte e à estimativa do bónus referente ao exercício de 2011 a atribuir aos colaboradores mas cujo pagamento só será efectuado em 2012.

A rubrica outros acréscimos de gastos inclui o montante de 1.945 milhares de euros (2010: 4.457 milhares de euros) relativos a comissões por intermediação de produtos de seguros e incentivos à produção.

32. Outras provisões

As outras provisões são analisadas como segue:

	Outras Provisões
Saldo a 1 de Janeiro de 2010	236.843
Dotações	77.703
Utilização	(229.817)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	84.729
Dotações	1.097.906
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	1.182.635

Em 2011, a rubrica de “outras provisões” o montante de 1.080 milhares de euros para fazer face a custos associados ao tratamento de movimentos nos contratos da Companhia efectuados de forma manual e até então não incluídos nos automatismos do sistema técnico da Companhia.

33. Capital

Estrutura accionista

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social autorizado da BES, Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 3.000.000 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, das quais encontravam-se subscritas e realizadas na totalidade pelos diferentes accionistas.

Estrutura accionista a 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	% Capital	
	2011	2010
Crédit Agricole Assurances, S.A.	50,00000%	50,00000%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	25,00000%	25,00000%
Banco Espírito Santo, S.A.	24,99333%	24,99333%
Banco Espírito Santo de Investimentos, S.A.	0,00333%	0,00333%
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	0,00333%	0,00333%
	100,00000%	100,00000%

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de reavaliação

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Ao longo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados, podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	64.496	(17.091)	2.648.815	3.665.057
Transferência para reservas	-	-	542.704	4.884.327
Aplicação Resultados-Distribuição Dividendos	-	-	-	(5.613.000)
Alterações de justo valor	(2.186.973)	632.610	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(2.122.477)	615.519	3.191.519	2.936.384
Transferência para reservas	-	-	389.129	3.502.155
Aplicação Resultados-Distribuição Dividendos	-	-	-	(4.502.100)
Alterações de justo valor	(3.845.741)	1.115.264	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(5.968.218)	1.730.783	3.580.648	1.936.439

Dividendos

Distribuição de dividendos

A quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital, durante 2011 e 2010, é analisada da seguinte forma:

	2011	2010
Crédit Agricole Assurances, S.A.	2.251.050	2.806.500
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	1.125.225	1.403.250
Banco Espírito Santo, S.A.	1.125.525	1.402.876
Banco Espírito Santo de Investimentos, S.A.	150	187
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	150	187
	4.502.100	5.613.000

34. Gestão dos riscos de actividade

Em termos da gestão de riscos da actividade, é apresentada a seguinte informação da Companhia:

No ano de 2007, dando não só resposta à Norma do ISP (Norma 14/2005 R), mas também às exigências do Grupo em que se insere, foi constituído um departamento, a Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo, cujas incumbências reportam às três seguintes áreas de actuação: Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo Interno.

Compliance

Compete à Direcção no âmbito do *compliance*, garantir a prevenção e controlo de riscos de não conformidade com as leis, regulamentos, normas profissionais e deontológicas aplicáveis às actividade de seguros, realizando para tal um conjunto de tarefas:

- Estabelecimento de normas, políticas e procedimentos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos internos definidos pela Comissão Executiva;
- Documentação das normas, políticas e procedimentos aprovados;
- Garantir a conformidade dos novos produtos com a legislação em vigor, bem como a transparência da divulgação dos documentos para o cliente, e dos matérias de comunicação (através do Comité Novos Produtos e Actividades);

- Pesquisa e controlo periódicos de legislação aplicável às actividades da Companhia no que se refere a *Compliance* e Controlo, nomeadamente legislação geral e legislação emanada pelos reguladores;
- Analisar os impactos decorrentes da legislação e propor as acções a desempenhar pelas Companhias, por forma a que os requisitos definidos sejam transpostos para a Organização;
- Gerir um código de conduta dos colaboradores da Companhia, documentar o mesmo;
- Assegurar acções de formação aos colaboradores respeitantes a normas profissionais e deontológicas, normas internas e informação imediata às áreas das Companhias, em caso de alteração das disposições legislativas e regulamentares ou normas internas aplicáveis ao seu domínio;
- Identificação e documentação dos riscos de não conformidade pelas regras estabelecidas; e
- Segurança Financeira: prevenção do branqueamento de capitais, luta contra o terrorismo financeiro e luta contra a fraude interna e externa.

Controlo Interno

Compete à Direcção no âmbito do controlo interno, de forma resumida as seguintes tarefas:

- Identificação, com a Comissão Executiva, com as Direcções/ Unidades de negócio dos processos relevantes, actividades, controlos e riscos inerentes associados;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Documentar e gerir os manuais de controlo interno em vigor para as Companhias e acomodar as recomendações da Auditoria Interna e Gestão de Riscos na revisão do documento;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço de controlos existentes ou a implementação de novos controlos; e
- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, análise das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções.

Gestão de Risco

O ano de 2011 constituiu mais um ano de preparação para o novo regime de solvência (Solvência II), processo que tem vindo a ser preparado de forma gradual, conhecendo durante o corrente ano um forte desenvolvimento, e que se espera semelhante durante o próximo ano.

Assim a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresenta-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao desenvolvimento sustentado das empresas do sector financeiro em Portugal, e em particular às seguradoras sobretudo com as novas regras no âmbito da implementação do Solvência II, que obrigarão a uma análise exaustiva e pormenorizada dos riscos a que as Companhias se encontram sujeitas com impactos directos no montante de capital necessário para fazer face a esses mesmos riscos.

À Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo, no que se refere à função de risco, é garantida a sua independência para o exercício das suas funções, reportando funcionalmente ao Presidente da Comissão Executiva, constituindo-se este como um dos elementos difusores e impulsionadores da cultura de gestão de risco na BES Seguros, bem como ao Grupo Credit Agricole em termos hierárquicos, baseando o seu trabalho na sua estrutura e processos em vigor.

O desenvolvimento e a implementação da função de gestão de riscos visa assegurar um equilíbrio entre risco e retorno, e desta forma transmitir às partes que se relacionam com a Companhia (Clientes, Canais de Distribuição, Accionistas, Reguladores e outros agentes) uma perspectiva de exigência e confiança.

Em paralelo com a Direcção de Gestão de Risco, foi implementado o Comité de Risco e Controlo, composto pela Comissão Executiva e pelos Directores de topo da organização (consoante o tema em discussão). Este comité deverá reunir-se de forma periódica. Encontrando-se acometidas a este comité

as funções de promoção da política de risco, limites e orientações, bem como de contribuir para a edificação de uma cultura de risco forte, embebida em todos os processos da Companhia.

A política de riscos em vigor é transversal a toda a Companhia, e constam dela os princípios basilares, bem como as responsabilidades dos vários intervenientes no processo de gestão de risco da BES Seguros.

Constituindo como principais objectivos da gestão de risco, os que se seguem:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-activa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (incluindo indicadores de risco, bases de dados de perdas, *risk register* e testes de *stress* e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e avaliação de capital;
- Colaborar na definição das políticas de investimentos, subscrição, tarificação e resseguro;
- Promover a gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;
- Conformidade com a legislação em vigor para o sector, requisitos regulamentares, *standards* e código de conduta; e
- Reporte periódico, pelas diferentes Direcções/ Unidades da estrutura organizativa, com o objectivo de garantir de que a Companhia efectua a gestão dos principais riscos que afectam o seu negócio.

Risco de Seguro

O risco específico de seguro pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos ou a assumir.

Os mecanismos de mitigação deste risco mantiveram na sua essência, os mesmos conceitos e práticas reportadas no relatório anterior:

Subscrição:

A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em padrões técnicos rigorosos, existindo alguns instrumentos auxiliares: tarifas, manuais de produto e subscrição, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos. Os produtos são criados de forma simples, padronizada e transparente. Quando existem riscos não enquadráveis nesta política a sua aceitação é condicionada, sendo necessária uma análise específica.

Tarificação:

- A Companhia tem como objectivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos;
- Os produtos antes do seu lançamento são analisados e discutidos no Comité de Produtos onde se encontram representadas todas as direcções da Companhia. Este comité tem por função analisar as vertentes técnicas e operacionais do produto a lançar formulando recomendações para o Presidente da Comissão Executiva e posterior aprovação, ou não, em sede de Comissão Executiva;
- Este processo é coadjuvado, posteriormente, pelo Comité NAP (Novos Produtos e Actividades), que pretende assegurar a total conformidade (ao nível de legislação, adequação aos segmentos, conflitos de interesses, conteúdo da formação, protecção de dados, etc.) dos novos produtos e actividades após todas as diligências efectuadas para o seu lançamento;
- A priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projecção realística de *cash-flows* baseadas em princípios actuariais. Posteriormente, é feito um acompanhamento do produto,

das vendas, características dos riscos subscritos, sinistralidade e margem técnica. Mensalmente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e sinistralidade para todos os produtos; e

- Periodicamente as tarifas são revistas e são elaborados estudos mais aprofundados dos produtos, efectuando-se perfis da carteira e analisando-se o movimento de apólices (novos, anulações), variações de prémios, frequências e taxas de sinistralidade.

Provisionamento

- Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos actuarialmente reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objectivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afectar os valores reportados por isso, tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos; e
- O valor das provisões a constituir é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros. São efectuadas análises regulares sobre a suficiência do provisionamento da Companhia através de métodos estatísticos, adequados à natureza dos riscos, para determinação da *Best Estimate* (ex.: *Chain ladder*, *bootstrap*). Anualmente o cálculo do provisionamento é revisto por uma entidade externa independente.

Resseguro

- A mitigação de risco é efectuada principalmente através de programas de resseguro específicos e adequados a cada tipo de risco, existindo uma elevada exigência face aos resseguradores contratados, tendo em consideração o seu *rating*, solvência financeira e capacidade de prestação de serviços. Os principais tratados existentes na Companhia são Não Proporcionais – *Excess of Loss* – para os produtos Automóvel e Multiriscos e Proporcionais – *Quota Share* – para os outros produtos. O risco catastrófico (fenómenos sísmicos e catástrofes naturais) está coberto por um tratado de excedente de perdas, sendo a sua retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia e o seu limite máximo analisado em função da frequência deste tipo de eventos e do seu impacto nos capitais da Companhia. O período de retorno considerado foi de 300 anos.

Apresentam-se de seguida alguns rácios de acompanhamento da actividade:

Rácios Combinados de Seguro Directo

	2011	2010	2009
Rácio de Despesas (Custos e Gastos de Exploração / Prémios Adquiridos)	22,8%	24,3%	21,2%
Acidentes Pessoais	28,7%	21,4%	19,5%
Doença	17,4%	17,9%	16,7%
Riscos Múltiplos Habitação	24,7%	24,6%	30,4%
Automóvel	26,7%	36,9%	17,0%
Rácio de Sinistralidade (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)	61,3%	60,8%	62,5%
Acidentes Pessoais	16,1%	20,8%	16,2%
Doença	92,6%	83,6%	83,7%
Riscos Múltiplos Habitação	48,7%	67,0%	47,8%
Automóvel	46,2%	24,6%	56,1%
Rácios Combinados de Seguro Directo	84,1%	85,2%	83,7%
Acidentes Pessoais	44,8%	42,1%	35,7%
Doença	110,0%	101,5%	100,4%
Riscos Múltiplos Habitação	73,4%	91,6%	78,3%
Automóvel	72,8%	61,5%	73,1%

Rácios Combinados Líquidos de Resseguro

	2011	2010	2009
Rácio de Despesas Líquidas de Resseguro (Custos e Gastos de Exploração liq. resseguro / Prémios Adquiridos liq. resseguro)	19,4%	21,7%	19,9%
Doença	17,5%	17,8%	16,6%
Riscos Múltiplos Habitação	26,8%	26,7%	33,0%
Automóvel	30,8%	43,2%	19,7%
Rácio de Sinistralidade Líquida de Resseguro (Custos com Sinistros liq. Resseguro / Prémios Adquiridos liq. resseguro)	71,2%	72,6%	71,1%
Doença	95,1%	87,0%	87,8%
Riscos Múltiplos Habitação	53,0%	73,3%	52,9%
Automóvel	54,4%	42,6%	65,1%
Rácio combinado, líquido de resseguro	90,6%	94,4%	90,9%
Doença	112,6%	104,8%	104,4%
Riscos Múltiplos Habitação	79,7%	99,9%	85,9%
Automóvel	85,2%	85,7%	84,8%

São apresentados rácios distintos no que diz respeito à actividade de seguro directo ou incluindo a componente de resseguro.

Em ambos, o rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e o rácio de despesas.

Para este efeito, o rácio de sinistralidade resulta do quociente entre o montante dos custos com sinistros incluindo custos imputados (de seguro directo ou líquidos de resseguro, conforme se incorpore ou não a vertente de resseguro) e os prémios adquiridos respectivos (de seguro directo ou líquidos de resseguro).

O rácio de despesas resulta do quociente entre os custos de exploração (custos directos e imputados com aquisição e custos administrativos (de seguro directo ou líquidos de resseguro, conforme se

incorpore ou não a vertente de resseguro)) e os prémios adquiridos respectivos (de seguro directo ou líquidos de resseguro).

Ao nível da análise dos Rácios Combinados líquidos de resseguro por produto, o seguro MRH apresenta um Rácio Combinado de 79,7% (face aos 99,9% registados no período homólogo do ano anterior). Esta melhoria face a 2010 explica-se pela redução da Sinistralidade (2010 foi caracterizado por várias intempéries que se fizeram sentir em Portugal, em que se destacou a Tempestade na Madeira, a qual não estava coberta pelo Resseguro, tendo a Companhia assumido os custos na totalidade).

O seguro Auto apresenta um Rácio Combinado de 85,2% (face aos 85,7% registados no período homólogo do ano anterior). Embora tenha havido uma pequena redução face a 2010, verificou-se um comportamento antagónico nos 2 rácios. O rácio de despesas desce dos 43,2% em 2010 para os 30,8% em 2011 devido ao registo de um comissionamento variável inferior ao ocorrido em 2010 (-1.424 milhares de euros). Ao invés, o rácio de sinistralidade sobe dos 42,6% em 2010 para os 54,4% em 2011 devido ao aumento da Sinistralidade em 2011 (quando comparada com a baixa sinistralidade registada em 2010, consequência de regularizações de Provisões de anos anteriores).

O Seguro de Saúde apresenta um Rácio Combinado de 112,6% face aos 104,8% apresentados no período homólogo do ano anterior. Esta degradação face a 2010 é explicada pelo aumento da Sinistralidade com um rácio de sinistralidade de 95,1% em 2011 face aos 87,0% no final de 2010.

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela emissão de recomendações políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As recomendações emitidas devem ser aprovadas pela Comissão Executiva.

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis.

A gestão da liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *gap liquidity*, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Risco de taxa de juro

No que concerne ao risco de taxa de juro, a Política Financeira é bastante restritiva.

A monitorização da evolução destes tipos de risco é efectuada mensalmente pela Direcção de Investimentos, nomeadamente no que se refere à evolução das taxas de juros, à avaliação da concentração dos activos e ao acompanhamento da carteira de investimentos.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos e no resseguro (risco de contraparte).

A Companhia identificou como relevantes, os clientes, o resseguro e os investimentos.

Ao nível dos clientes informa-se que devido à configuração específica da actividade, banca-seguros, a Companhia utiliza como regra de cobrança de prémios o débito em conta, o que reduz substancialmente o risco de incumprimento. A acrescer a este facto, a publicação da Lei das Cobranças veio tornar este risco praticamente inexistente na actividade das seguradoras.

No que respeita ao resseguro, como critério de selecção de Resseguradores são definidos níveis mínimos de *rating*, efectuando a Companhia um acompanhamento regular da sua evolução. A Companhia continua a operar com os principais resseguradores mundiais.

Relativamente aos investimentos as regras definidas pela política de investimento da Companhia procuram mitigar este risco considerando as regras de diversificação sectorial, por emitente e o *rating* das entidades envolvidas.

A Companhia não se encontra exposta ao risco de derivados, dado que não utiliza instrumentos derivados.

Relativamente ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é analisado como segue:

	2011						Total
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	1.210.063	1.000	1.211.063
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	20.328.877	2.101.743	21.315.627	15.115.417	11.255.336	908.089	71.025.089
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	9.890.768	10.036.428	19.927.196
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	46.733	74.167	888.571	-	425.943	2.009.329	3.444.743
Total	20.375.610	2.175.910	22.204.198	15.115.417	22.782.110	12.954.846	95.608.091

	2010						Total
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1.000	623.758	-	-	624.758
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	8.718.185	6.942.347	40.772.183	12.369.211	3.700.649	368.162	72.870.737
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	7.447.026	-	-	-	7.447.026
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	8.347.265	-	10.031.388	18.378.653
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	282.878	751.501	1.879.009	-	-	-	2.913.388
Total	9.001.063	7.693.848	50.099.218	21.340.234	3.700.649	10.399.550	102.234.562

A repartição dos activos financeiros por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontra-se apresentada conforme segue:

	Activos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	Investimentos a deter até à maturidade	Total Geral
Supranacional	7.726.051	-	7.726.051
Dívida Pública	15.094.361	-	15.094.361
Financeiro	26.529.026	-	26.529.026
Indústria	1.056.077	-	1.056.077
Comércio	1.334.095	-	1.334.095
Matérias-Primas	1.890.630	-	1.890.630
Outros Serviços	2.517.727	-	2.517.727
Telecomunicações	6.589.799	-	6.589.799
Consumíveis domésticos	2.162.758	-	2.162.758
Energia	2.101.954	-	2.101.954
Cuidados de Saúde	2.175.506	-	2.175.506
Fundos de Investimento	855.704	-	855.704
Tecnologia de Informação	991.402	-	991.402
	71.025.089	-	71.025.089
2010			
	Activos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	Investimentos a deter até à maturidade	Total Geral
Supranacional	23.949.883	7.447.026	23.949.883
Financeiro	26.534.875	-	26.534.875
Indústria	2.182.732	-	2.182.732
Consumíveis supérfluos	52.385	-	52.385
Telecomunicações	7.727.531	-	7.727.531
Consumíveis domésticos	1.128.864	-	1.128.864
Energia	9.130.462	-	9.130.462
Outros	2.164.006	-	2.164.006
	72.870.738	7.447.026	72.870.738

A exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

2011			2010		
País emissor	Valor de Balanco	Percentagem	País emissor	Valor de Balanco	Percentagem
Áustria	1.108.176	5,33%	Grécia	3.044.776	10,36%
França	4.254.330	20,45%	França	2.083.435	7,09%
USA	2.732.217	13,13%	Irlanda	1.973.459	6,72%
Itália	1.999.564	9,61%	Itália	4.136.258	14,07%
Luxemburgo	4.993.834	24,00%	Luxemburgo	1.995.635	6,79%
Portugal	5.719.018	27,49%	Portugal	16.154.472	54,97%
					0,00%
Total	20.807.139	100,00%	Total	29.388.035	100,00%

Risco cambial

Os activos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência.

A Companhia tem todos os seus passivos e activos denominados em euros, pelo que não se encontra sujeita a este tipo de risco.

Risco Operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar problemas reputacionais, legais, implicações com o regulador, e por vezes conduzir mesmo a perdas financeiras. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, com a solidificação do sistema de controlo interno que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco, pensa ser possível controlar e monitorizar estes riscos potenciais.

A primeira responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos associados ao risco operacional está atribuída a cada responsável de Direcção. Esta responsabilidade é apoiada pela Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo, através do desenvolvimento de controlos e orientações por meio de normativos, procedimentos, regras no sistema informático e reportes com o objectivo de abarcar as seguintes áreas:

- Segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transacções e pagamentos;
- Reconciliação e monitorização de transacções;
- *Compliance* com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de acção para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores;
- Implementação do código de conduta; e
- Processos de “assessment”.

Este processo é acompanhado por missões periódicas levadas a cabo pela Direcção de Auditoria Interna. Os resultados do seu trabalho são discutidos com os responsáveis de cada Direcção e submetidos ao Comité de Controlo Interno, onde estão presentes a Comissão Executiva, e os responsáveis pela Direcção de Auditoria Interna, e da Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo e representantes do Grupo de cada uma destas áreas.

O Comité de Gestão de Risco e Controlo, o Comité de Controlo Interno e o Comité de *Compliance* implementados na Companhia, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Informa-se que existe também na Companhia um Comité de Segurança cuja organização é da responsabilidade da Direcção de Gestão de Risco.

O objectivo definido para este Comité é o de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas.

Com o objectivo de mitigar o risco de *outsourcing*, foi implementado na Companhia o Comité de Prestação de Serviços Externos Essenciais que tem por objectivo assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades essenciais ao seu negócio.

Risco de reputação

Este risco pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, e a gestão deste risco tem sido efectuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um código de conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspectos;

- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respectiva documentação contratual e comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “assessment”; e
- Desenvolvimento dos planos de continuidade de negócio, em que a perda de reputação é um dos cenários de emergência previstos.

Risco estratégico

O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto actual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado. Na gestão deste tipo de risco a Companhia define objectivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus Órgãos de Administração, existindo uma comunicação regular a todos os colaboradores da Companhia desses objectivos. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas, e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital necessários à sua prossecução.

Análise de sensibilidade

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade, e os respectivos impactos no capital próprio e resultado:

	Valores em milhares de euros	
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
2011		
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	(1.321)	286
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	1.321	(286)
Valorização de 10% no valor de mercado de acções	91	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de acções	(91)	-
2010		
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	(771)	360
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	776	(352)
Valorização de 10% no valor de mercado de acções	37	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de acções	(37)	-

Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para a Companhia, é analisado como segue:

	2011		2010	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.211.063	1.211.063	624.758	624.758
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	19.927.196	16.826.624	18.378.652	17.198.373
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	7.447.023	7.431.762
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	3.444.744	3.444.744	2.913.388	2.913.388
Activos financeiros ao justo valor	24.583.003	21.482.431	29.363.821	28.168.281
Outros credores por operações de seguro e outras operações	5.450.249	5.450.249	5.371.790	5.371.790
Passivos financeiros ao justo valor	5.450.249	5.450.249	5.371.790	5.371.790

Caixa, Disponibilidades em instituições de crédito:

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Empréstimos e contas a receber, devedores e credores por operações seguro directo, de resseguro e outros:

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

35. Margem de solvência

A Companhia está sujeita aos requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Os requisitos de solvência são determinados de acordo com as demonstrações financeiras estatutárias da Companhia, as quais são preparadas de acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal.

Os objectivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, em que estabeleceu a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, encontrando-se atento às alterações das condicionantes económicas, bem como às características de risco da Companhia. Os requisitos de Capital da Companhia são acompanhados mensalmente e avaliados em função do capital previsto disponível. O processo é em última análise, sujeito à aprovação pela Comissão Executiva da Companhia.

A Companhia no exercício em análise apresentou uma margem de solvência em consonância com as regras estabelecidas, não tendo sido efectuada quaisquer alterações ao Capital Social, objectivos, políticas e procedimentos face ao ano anterior.

Apresenta-se um breve resumo da margem de solvência exigida:

	2011(*)	2010
Capital social realizado	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	(5.968.218)	(2.122.478)
Reserva por impostos diferidos	1.730.783	615.519
Reserva legal	3.580.648	3.191.518
Resultados transitados	1.936.439	2.936.384
Resultado líquido do exercício	4.621.109	3.891.284
Distribuição de dividendos	(3.480.000)	(4.502.100)
Dif. critério alternativo títulos rendimento fixo	-	(15.264)
Imobilizações incorpóreas líquidas	(1.853.598)	(1.745.512)
Valor de balanço	15.567.163	17.249.351
Pelo método dos prémios	12.963.441	13.135.326
Pelo método dos sinistros	11.441.202	11.231.391
Pelo resultado limite	11.955.143	11.055.037
Montante da margem de solvência a constituir (2)	12.963.441	13.135.326
Montante do fundo de garantia a constituir	4.321.147	4.378.442
Excesso / insuficiência margem solvência = (1) - (2)	2.603.722	4.114.025
Taxa cobertura margem solvência = (1) / (2)	120,1%	131,3%

(*) elementos previsionais, considerando a distribuição proposta pelo Conselho de Administração

36. Transacções entre partes relacionadas

Operações Intra-Grupo

Os saldos apresentados resultam das operações realizadas com entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas. Estas operações inserem-se no normal desenvolvimento da actividade da Companhia.

		31-12-2011				31-12-2010			
		ACTIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ACTIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
Banco Espírito Santo, S.A.	1-2	28.821.971	94.964	1.043.696	365.888	7.426.388	1.968.289	11.038.720	215.510
Activos financeiros		28.821.971	-	-	365.888	7.426.388	-	-	215.510
Prestação de serviços		-	94.964	1.043.696	-	-	1.968.289	11.038.720	-
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.		-	30.777	33.801	-	-	12.311	113.093	-
Prestação de serviços		-	30.777	33.801	-	-	12.311	113.093	-
ESAF - Fundo de Pensões, S.G.F.P., S.A.		-	219.520	-	-	-	51	-	-
Prestação de serviços		-	219.520	-	-	-	51	-	-
Fundo Pensões		-	-	26.113	-	-	-	20.352	-
Comparticipações fundo pensões		-	-	26.113	-	-	-	20.352	-
Besleasing & Factoring, S.A.	2	-	-	-	-	-	-	-	15.129
Activos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	15.129
ESEGUR, S.A.		-	-	2.496	-	-	-	1.647	-
Prestação de serviços		-	-	2.496	-	-	-	1.647	-
ES Contact Center, S.A.		52.378	32	-	-	52.378	-	-	-
Prestação de serviços		52.378	32	-	-	52.378	-	-	-
SGL Multipessoal, S.A.		-	4.852	31.464	-	-	4.420	24.400	-
Prestação de serviços		-	4.852	31.464	-	-	4.420	24.400	-
Multipessoal, S.A.		-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços		-	-	-	-	-	-	-	-
Espirito Santo Financial Group	2	577.573	-	-	68.750	655.873	-	-	68.750
Activos financeiros		577.573	-	-	68.750	655.873	-	-	68.750
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	1-2	67.762	991	2.271	-	25.974	-	4.706	-
Activos financeiros		67.762	-	-	-	24.682	-	-	-
Prestação de serviços		-	991	2.271	-	1.292	-	4.706	-
Europ Assistance - Serviços Assistencia	5	-	-	16.974	-	-	1.452	17.352	-
Prestação de serviços		-	-	16.974	-	-	1.452	17.352	-
CREDIT AGRICOLE ASSURANCES, S.A.		-	-	32.298	-	-	7.500	21.859	-
Prestação de serviços		-	-	32.298	-	-	7.500	21.859	-
CREDIT AGRICOLE SA		10.681.811	-	-	524.801	11.814.913	-	-	513.215
Activos financeiros		10.681.811	-	-	524.801	11.814.913	-	-	513.215
Europ Assistance	4	-	246.705	-	2.862.699	-	243.306	-	2.764.790
Prestação de serviços		-	246.705	-	-	-	243.306	-	-
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		-	-	-	2.862.699	-	-	-	2.764.790
BES-VIDA, Companhia de Seguros, S.A.	2-3	10.036.428	46.380	368.084	352.288	10.031.387	4.715	367.181	331.351
Activos financeiros		10.036.428	-	-	352.288	10.031.387	-	-	331.351
Prestação de serviços		-	46.380	368.084	-	-	4.715	367.181	-
BES Açores	1-2	4.107.784	109.400	35.672	107.058	4.086.111	72.562	178.026	76.535
Activos financeiros		4.107.784	-	-	107.058	4.086.111	-	-	76.535
Prestação de serviços		-	109.400	35.672	-	-	72.562	178.026	-
AdvanceCare, S.A.	5	-	591.805	3.915.308	-	-	660.643	3.960.429	-
Prestação de serviços		-	591.805	3.915.308	-	-	660.643	3.960.429	-
Esumédica, S.A.		-	717	3.807	-	-	672	3.928	-
Prestação de serviços		-	717	3.807	-	-	672	3.928	-
		54.345.707	1.346.144	5.511.984	4.281.484	34.093.024	2.975.921	15.751.693	3.985.280

A natureza do relacionamento entre a BES Seguros e as entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de:

- (1*) Comercialização de seguros;
- (2*) Investimentos em títulos de dívida;
- (3*) Empréstimos concedidos e arrendamento;
- (4*) Resseguro;
- (5*) Gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença.

Durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2011 e 2010, não se registaram quaisquer transacções adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus accionistas.

37. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011.

- a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da empresa/grupo

IAS 24 (Revista) Transações entre Partes Relacionadas

As principais alterações são as seguintes:

A definição de parte relacionada foi clarificada com o objectivo de simplificar a Identificação das relações entre partes relacionadas, designadamente as resultantes de influência significativa e empreendimentos conjuntos.

Foi introduzida uma isenção parcial de divulgações de partes relacionadas quando existam transações com entidades ligadas à Administração pública. Estas entidades deverão divulgar o seguinte:

- Nome da Administração pública e natureza da sua relação com a entidade relatora (isto é, controlo, controlo conjunto ou influência significativa);
- Natureza e quantia de cada transação individualmente significativa;
- Uma indicação qualitativa ou quantitativa da respetiva dimensão em relação a outras transações que sejam no seu conjunto mas não individualmente significativas;

IAS 32 (Emenda) Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação de direitos de emissão

A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

Em consequência desta emenda:

- As entidades que emitem direitos (fixados numa moeda diferente da funcional) não são obrigadas a tratar os direitos como derivados com variações no justo valor a serem registadas em resultados;
- A sua aplicação retrospectiva leva a que direitos em moeda estrangeira anteriormente reconhecidos como derivados terão de ser reclassificados para instrumentos de capital e os correspondentes ganhos e perdas acumulados em resultados terão de ser reclassificados para capital próprio.

IFRS 1 (Alteração) Adoção pela primeira vez das IFRS – Isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7

Esta alteração permite que as entidades que adotem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros – Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros:

Divulgações quando os exercícios comparativos iniciem numa datam anterior a 31 de Dezembro de 2009.

IFRIC 14 (Emenda) Requisitos de Financiamento Mínimo

A emenda à IFRIC 14 estabelece mais orientações na determinação do valor recuperável de um activo de fundos de benefício definido. Adicionalmente, a emenda permite uma entidade registar como activo um pagamento antecipado relativamente a financiamentos mínimos de fundos de pensões.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

A IFRIC 19 clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objetivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num *Equity Swap* devem ser mensurados ao justo valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade, ou no caso de não ser possível determinar o justo valor com fiabilidade, ao justo valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Qualquer ganho ou perda é imediatamente reconhecida como ganhos ou perdas. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam direta ou indiretamente proprietários atuando como tal.

Melhorias do Ano 2010

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS

A emenda:

- Esclarece que um adotante pela primeira vez das IFRS que decida alterar as suas políticas contabilísticas ou utilizar algumas das exceções previstas na IFRS 1 após a apresentação de um relatório financeiro intercalar de acordo com a IAS 34, deverá explicar as alterações efetuadas e atualizar as reconciliações entre o anterior PCGA e as IFRS.
- Permite que um adotante pela primeira vez das IFRS utilize um justo valor mensurado numa determinada data (subsequente à data de transição), devido a um acontecimento como uma privatização ou uma oferta pública inicial como o seu custo considerado, ainda que o evento ocorra após a data de transição mas antes das primeiras Demonstrações Financeiras em IFRS sejam emitidas. Os ajustamentos daí decorrentes devem ser reconhecidos diretamente em resultados transitados (ou se apropriado, noutra rubrica do capital próprio).
- Permite às entidades com atividades reguladas ou que detenham activos fixos tangíveis ou activos intangíveis que estão ou foram sujeitos a operações de taxas reguladas, utilizar como custo considerado uma quantia escriturada de anteriores PCGA, ainda que esta quantia inclua valores que não são elegíveis para capitalização de acordo com as IFRS. A exceção deverá ser aplicada individualmente a cada item. À data da transição para as IFRS, uma entidade deve testar a imparidade em conformidade com a IAS 36 para cada item em relação ao qual tenha usado esta isenção.

IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais

Esta emenda:

- Clarifica que alterações ocorridas à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração que eliminaram a exceção às retribuições contingentes decorrentes da revisão da IFRS 3 em 2008, não se aplicam às retribuições contingentes decorrentes de uma concentração de atividades empresariais cuja a data de aquisição seja anterior à aplicação da IFRS 3 (revista em 2008).
- Limita o âmbito das opções de mensuração dos interesses não controlados. Para cada concentração de atividades empresariais, a adquirente deve mensurar à data de aquisição os componentes de interesses que não controlam na adquirida que constituem interesses de propriedade presentes e conferem aos seus detentores o direito a uma parte proporcional dos activos líquidos da entidade em caso de liquidação:
 - (a) Pelo justo valor; ou
 - (b) pela parte proporcional que os interesses de propriedade presentes representam em relação às quantias reconhecidas para os activos líquidos identificáveis da adquirida.

Todas as outras componentes dos interesses que não controlam devem ser mensuradas pelo justo valor à data da aquisição, salvo se as IFRS exigirem outra base de mensuração.

- Requer que uma entidade numa concentração de atividades empresariais registre a troca de opções sobre ações ou de outros prêmios de pagamento com base em ações no quadro de uma concentração de atividades empresariais como modificações dos prêmios de pagamento com base em ações em conformidade com a IFRS 2 Pagamento com Base em Ações.

Se a adquirente substituir os prêmios da adquirida, a totalidade ou parte da mensuração baseada no mercado dos prêmios de substituição da adquirente deve ser incluída na mensuração da retribuição transferida na concentração de atividades empresariais.

Todavia, nas situações em que os prêmios da adquirida caducariam em resultado dessa concentração de atividades empresariais e em que a adquirente substitui esses prêmios sem que estivesse obrigada a fazê-lo, a totalidade da mensuração baseada no mercado dos prêmios de substituição deve ser reconhecida como custo de Remuneração nas demonstrações financeiras pós-concentração em conformidade com a IFRS 2

Adicionalmente, a emenda especifica o tratamento contabilístico de pagamento com base em ações que o adquirente não troca por transações de pagamento com base em ações da sua responsabilidade:

Se os respetivos direitos já tiverem sido adquiridos, essas transações de pagamento com base em ações da adquirida fazem parte do interesse que não controla na adquirida e são mensuradas ao seu valor de mercado.

Se os respetivos direitos ainda não tiverem sido adquiridos, os mesmos são mensurados ao valor de mercado na data de aquisição e alocados aos interesses que não controlam e às despesas de pós-concentração.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda:

- Enfatiza a interação que deverá existir entre as divulgações quantitativas e qualitativas e a natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros.
- Clarifica que apenas os activos financeiros cuja quantia escriturada seja diferente da sua exposição máxima ao risco terão de providenciar mais divulgações sobre o montante máximo de exposição a esse risco.
- Requer para todos os activos financeiros uma descrição das garantias detidas a título de caução e de outras melhorias da qualidade de crédito, bem como do respetivo efeito financeiro, no que diz respeito à quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito.
- Remove a necessidade de divulgar a quantia escriturada de activos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou com imparidade.
- Remove a divulgação da descrição das garantias colaterais detidas pela entidade a título de caução e outros aumentos de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor quando os activos financeiros estejam vencidos à data de relato mas não com imparidade e activos financeiros individualmente considerados com imparidade à data do relato;

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda clarifica que para cada componente do capital próprio, uma entidade deve apresentar, na demonstração de alterações no capital próprio ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais.

IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Uma entidade deve aplicar as emendas aplicadas à IAS 21 Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio decorrentes das alterações à IAS 27 prospectivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de

Julho de 2009. Se uma entidade aplicar a IAS 27 (emendada em 2008) a um período anterior, as emendas devem ser aplicadas a esse período anterior.

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar

A emenda estabelece orientação sobre a aplicação dos princípios vertidos na IAS 34 e requer informação adicional sobre:

- As circunstâncias possíveis de afetar o justo valor dos instrumentos financeiros e a sua classificação;
- Transferência de instrumentos financeiros entre os diferentes níveis de hierarquia do justo valor.
- Alterações nas classificações de activos financeiros;
- Alterações nos passivos contingentes e activos;

IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes

A emenda clarifica que quando o justo valor dos créditos de prémio é mensurado por referência ao justo valor dos prémios pelos quais podem ser trocados, este deve ter em conta a quantia correspondente aos descontos ou incentivos que seriam oferecidos aos restantes clientes que não ganharam créditos de prémio

- b) Normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB, endossadas pela UE, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 30 de Junho de 2011

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda à IFRS 7 requer novas divulgações qualitativas e quantitativas relativas a transferência de activos financeiros quando:

- Uma entidade desreconhecer activos financeiros transferidos na sua totalidade, mas mantiver um envolvimento continuado nesses activos (opções ou garantias nos activos transferidos);
- Uma entidade não desreconheça na totalidade os activos financeiros;

A Companhia não adoptou antecipadamente esta emenda.

- c) Normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB, ainda não endossadas pela UE

IFRS 1 (Emenda) Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os activos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este Justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses activos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.

A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de activos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transações no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2011. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Activos Financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- A opção pelo justo valor não for exercida;
- O objetivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- Nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Os instrumentos financeiros de capital próprios detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor através de proveitos e perdas. Todavia, as entidades têm uma opção irrevogável por instrumento para todos os outros instrumentos financeiros de capital próprio.

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de Rendimento Integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas exceto se a Apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem suscetíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuração relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação antecipada das disposições relativamente aos activos é permitida, desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação e na IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos

A IFRS 11:

- Substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades Conjuntamente Controladas — Contribuições Não Monetárias por Empreendedores.
- Altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
- Define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de activos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos activos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e na IAS 28 Investimentos em Associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 13 Mensuração do Justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O Justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é prospetiva permitida desde que divulgada.

IAS 1 (Emenda) Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens suscetíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não suscetíveis de serem para lucros ou perdas.

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser suscetíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

IAS 12 Impostos sobre o Rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuado através do seu uso.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes activos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

IAS 19 (Revista) Benefícios dos Empregados

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- A eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- Os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.
- Benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

IAS 27 (revista em 2011) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011).

IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às entidades conjuntamente controladas à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS

38. Eventos subsequentes

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado pela APS e os sindicatos STAS e o SISEP o novo Contrato Coletivo de Trabalho aplicável ao sector segurador, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego nº 2, de 15 de Janeiro de 2012.

Tendo como principal referência a modernização do contrato e uma melhor redistribuição do custo com as regalias atribuídas aos colaboradores, destacam-se os seguintes aspetos que impactaram já no exercício de 2011:

- Plano de Individual de Reforma

Todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passarão a beneficiar de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem crescente até atingirem, em 2017, 3,25% do ordenado base anual do trabalhador, mantendo-se essa percentagem nos anos seguintes; tem capital garantido; o valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal. O valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31.12.2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo admitidos até 22 de Junho de 1995, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respetivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respetivo plano individual de reforma. As novas contribuições do empregador para o PIR destes trabalhadores apenas terão início em 2015.

- Prémio de Permanência

A permanência na empresa será premiada tendo em atenção a idade e o número de anos de vínculo ao empregador, em que o trabalhador, quando completar um ou mais múltiplos de 5 anos de permanência na empresa, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal, pagável conjuntamente com o ordenado do mês em que o facto ocorrer, verificadas determinadas condições.

- Compensação extraordinária de reequilíbrio contratual

A título de remição de direitos e de obrigações afetados pela cessação de vigência do CCT cujo texto consolidado foi publicado no BTE nº 32 de 29 de Agosto de 2008 e alteração subsequente, bem como para reequilíbrio contratual decorrente da sucessão de instrumentos de regulamentação coletiva, é atribuída uma compensação pecuniária extraordinária, no valor de 55% do ordenado base mensal auferido a 31 de Dezembro de 2011, aos trabalhadores filiados nos sindicatos outorgantes que reúnam as condições seguintes:

a) Estejam vinculados ao empregador por contrato de trabalho sem termo;

b) Tenham sido admitidos na empresa antes de 1 de Janeiro de 2010 e tenham prestado pelo menos 22 meses de trabalho efetivo na empresa desde essa data.

Esta compensação será paga até ao dia 30 de Abril de 2012 em dinheiro ou através da constituição de um seguro de capitalização, de acordo com a opção do empregador, e será resgatável ao fim de 90 dias sem penalizações.

Decorrente destas alterações, a BES Seguros estimou e registou nas suas contas em 2011 um impacto de 55 mil euros referente à atribuição de compensação pecuniária e atribuição de prémio de permanência.

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados outros eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2012

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração